



BRASIL AGORA



ANO II Nº 31

25 DE JANEIRO A 7 DE FEVEREIRO DE 1993

CR\$ 18.000,00

PLEBISCITO

PARLAMENTARISMO VERSUS PRESIDENCIALISMO

**TUDO O QUE
VOCÊ PRECISA SABER
PARA VOTAR SEM
PEDIR PALPITE
A NINGUÉM**

PÁGINAS 6 A 12

JORGE ARAUJO/FOLHA IMAGEM



CACO BARCELLOS

Um repórter da Globo é mais motivo de notícia que a morte de 4.170 pessoas

ENTREVISTA NAS PÁGINAS 14 E 15

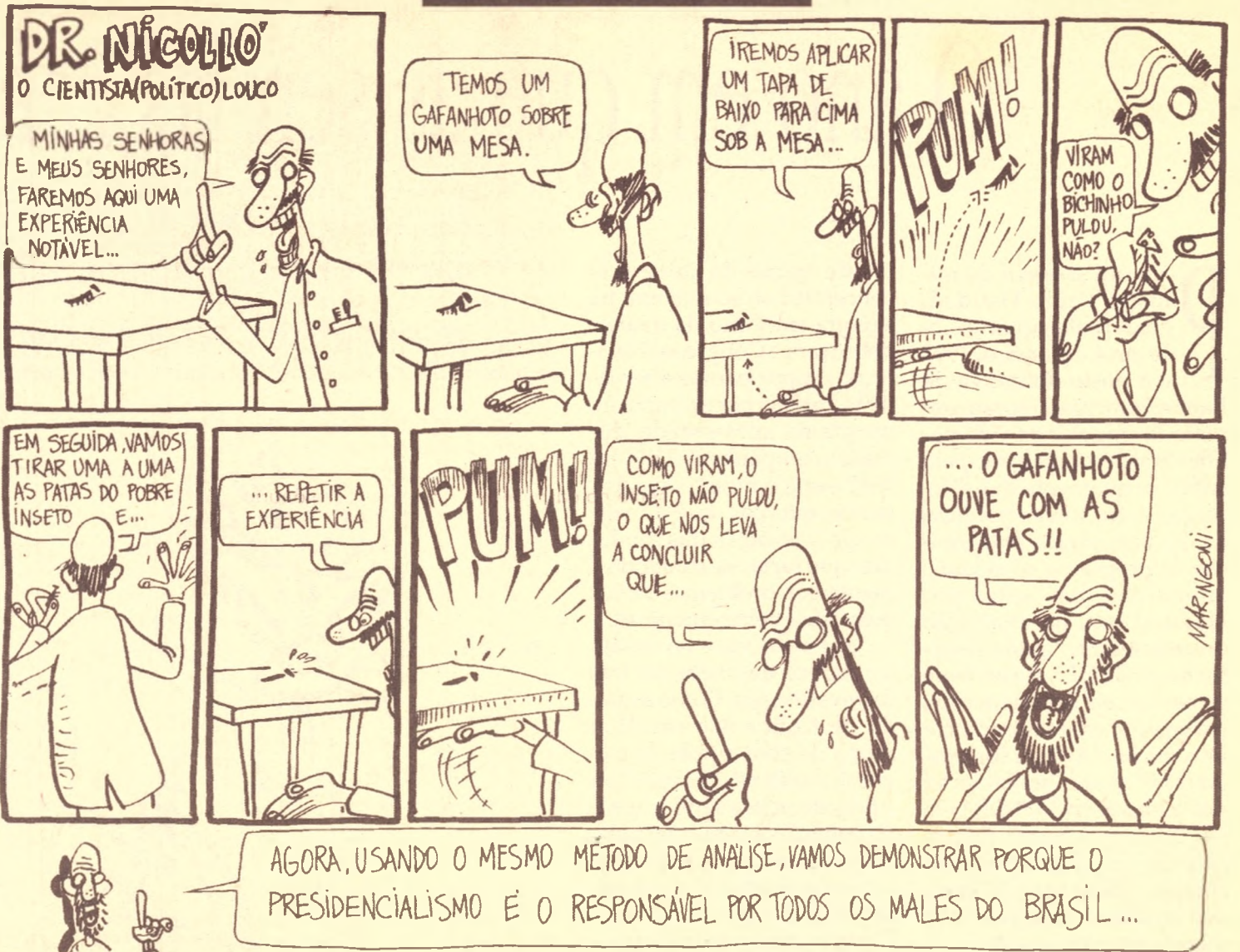
**PARLAMENTARISMO
VERSUS
PRESIDENCIALISMO**

O Brasil Agora dedica sete páginas desta edição - 6 a 12 - ao plebiscito do dia 21 de abril, que vai decidir se o Brasil continua República ou vira Monarquia, ou se deixa de ser presidencialista para se tornar parlamentarista. Dos vários problemas até agora mencionados sobre esta decisão histórica para o país, destaca-se a desinformação da grande maioria do povo. Isso exige de todos os partidos e forças democráticas do país um esforço de esclarecimento que não pode se limitar à propaganda de rádio e televisão. Caso contrário, tornar-se-á ainda mais grave o problema de a nação ter de se posicionar no escuro, deixando para o Congresso a definição do perfil do sistema que for escolhido. É preciso deixar claro que quanto mais consciente for a decisão de 21 de abril, menos possibilidade existirão para manobras antidemocráticas, que procurem desfigurar a escolha feita pela população.

Neste sentido, as matérias do Brasil Agora têm o propósito não só de fornecer um painel de opiniões de partidos e lideranças sobre este debate, mais também de informar sobre a sistemática do plebiscito e sobre a própria natureza dos sistemas parlamentarista e presidencialista. Houve particular atenção com este debate no interior do PT, tendo em vista consulta interna que o partido realizará dia 14 de março. Isso levou o Brasil Agora a ouvir dezenas de parlamentares e lideranças petistas, para tornar conhecidas suas opiniões junto aos filiados do partido e servir de referência ao debate interno.

O Brasil Agora traz ainda, nesta edição, matérias sobre o ataque aos bancos estatais; o ano político de 93 no Brasil e no mundo; a segunda derrota de Fernando Collor (em Alagoas); e na seção de cultura, um comentário sobre o filme Drácula de Francis Ford Coppola.

O EDITOR



Bancos públicos: discussão invertida

Recentemente os meios de comunicação voltaram à carga para atacar os bancos públicos, tomando como ponto de partida a comparação de salários pagos por eles em relação ao setor privado. A ofensiva se origina dos banqueiros privados e dos liberais, que aproveitaram o momento em que o governo Itamar inclui a reforma do sistema financeiro no seu plano de governo.

Os problemas enfrentados pelos bancos públicos têm outra origem. A discussão deve passar pelo papel deles e dos bancos privados na sociedade. A concentração do crédito de longo prazo para investimento e dos empréstimos de capital de giro dos setores de maior risco (agricultura, cooperativas e pequenas empresas) sempre esteve nas mãos dos bancos públicos, enquanto os bancos privados trabalham com as operações de baixo risco e ficam com a árdua tarefa de se aproveitar da inflação para acumular altos lucros. No entendimento do setor financeiro privado, investir no setor produtivo e financiar o crescimento do país é papel dos bancos públicos.

Toda essa situação está criada, também, em função da falta de controle, regulamentação e fiscalização adequadas sobre a atividade do sistema financeiro privado e estatal por parte do Banco Central e do Tesouro Nacional. Para os que acompanham a área financeira, basta lembrar que diversas instituições financeiras privadas estão penduradas no Banco Central, com evidentes provas de irregularidades, falcaturas, todas provocando prejuízos para o Tesouro. E mais recentemente, temos o caso das contas fantasmas que viabilizaram o esquema PC. Fartamente divulgado pela imprensa, até o momento também não se tem conhecimento de punição sobre os bancos envolvidos.

A crise financeira enfrentada pelos bancos públicos tem origem, principalmente, na estratégia levada a cabo desde o início dos anos oitenta,

Os privatistas usam os salários pagos nos bancos públicos para manipular a opinião pública

pela qual o setor público absorveu parcela substancial dos passivos do setor privado, evitando que este sofresse plenamente o impacto da crise desencadeada naquele momento. No momento em que o governo Itamar inclui a reformulação do sistema financeiro no seu projeto de governo, vemos que o documento do ministro Paulo Haddad não se preocupa, em nenhum momento, em esclarecer as dívidas do setor privado e de outros segmentos do setor público para com os bancos estatais e muito menos propõe alternativas para saná-las.

A ORQUESTRA. Neste momento, liberais e representantes do setor financeiro privado fazem um coro único contra as instituições públicas. Isso visa manter os privilégios de que hoje desfrutam os bancos privados. Da parte do governo, sucessivamente são assumidos compromissos de resolver o problema da dívida dos estados, mas na prática esse compromisso permanece no discurso, pois esbarra sempre no comprometimento com os grupos que lhe dão sustentação política.

Da parte dos bancários, insistimos nas propostas apresentadas no Congresso Nacional para a Lei Complementar que pretende regulamentar o sistema financeiro nacional. Especialmente para as instituições públicas, os sindicatos de bancários e a Confederação Nacional dos Bancários da CUT têm as seguintes propostas:

1. As relações entre os bancos públicos e os tesouros Nacional e estaduais devem ser disciplinadas com clareza. Os bancos públicos devem remunerar adequadamente os tesouros através das disponibilidades monetárias por elas detidas em função de exclusividades, devendo também ser remunerados adequadamente por serviços prestados.
2. Os poderes, obrigações e competência do Banco Central do Brasil devem ser os mesmos diante dos bancos públicos ou dos bancos privados.
3. Os bancos públicos devem fazer parte do sistema de seguro de depósitos, como os demais, sujeitos às mesmas obrigações e controles.
4. Devem ser estabelecidos mecanismos legais para responsabilizar os membros dos poderes executivos responsáveis pelos bancos, se possível incluindo os chefes de governo.
5. Deve ser criada uma comissão de fiscalização e controle para cada banco público, incumbida de acompanhar todos os atos do banco, com acesso a todos os documentos e decisões.
6. Deve ser regulamentada a representação do corpo de funcionários na diretoria destes bancos, com a finalidade precípua de fiscalização da sua atividade.

Estas proposições estabelecem a base necessária para que as instituições financeiras públicas desempenhem suas funções de forma transparente e eficiente.

Mas somente essas medidas não são suficientes. É necessária a mobilização da sociedade e dos parlamentares para tornar efetivas essas normas. É preciso também que os governos se empenhem em aprimorar a atuação dos bancos oficiais, transformando-os em instrumento de desenvolvimento econômico e social do país.

GILMAR CARNEIRO,
presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo e
secretário-geral da CUT.

O ano em que as sereias cantarão

Optar pela "busca do possível" em 93 levaria a esquerda a acanhar-se e perder a cor.

Para um assessor do ministro Paulo Haddad, citado pelo jornal *O Globo* em 4 de janeiro, 1993 e a posse definitiva de Itamar Franco inauguram um período singular da vida política brasileira, marcado pelo súbito apagamento das diferenças entre forças políticas até há bem pouco antagônicas. O programa econômico anunciado dias antes por Haddad era, na avaliação desse assessor, "muito semelhante ao do PT". Ao invés de estranhar, ele achou natural, e chegou a comemorar a coincidência. "Ambos (os programas)", disse, "poderiam ter sido assinados pelo PSDB, pelo PMDB ou pela Fiesp". Entusiasmado, o auxiliar do ministro chegou a filosofar: "O Brasil está cansado de mágicas. Todo mundo quer ser sensato".

ACORDO DISFARÇADO. É bem provável que o pacto - ou "condomínio da governabilidade" -, que o presidente Itamar começou a articular na reunião que manteve dia 8 de janeiro com os presidentes de todos os partidos, jamais se concretize formalmente. "Não acredito que saia pacto, a começar pela palavra, que está muito desgastada", havia lembrado Lula, na véspera. O problema, no entanto, não é esse. Desde a posse do novo governo a conjuntura parece dominada por uma espécie de acordo tácito entre as diversas correntes; pelo esforço multilateral para aplinar arestas; por governismos que não se assumem e oposições que não incomodam; e acima de tudo pela obediência de todos os atores políticos à agenda institucional montada, da votação do ajuste fiscal ao início da reforma da Constituição, para 1993.

Para a manutenção desse clima concorrem, por certo, os ecos do processo de impeachment. Se forças com programas opostos uniram-se para derrubar Collor, parece pensar alguns, cabe a elas garantir estabilidade, ainda que sem adesão aberta, a seu sucessor. E se Itamar realizará, como repete sem cessar, uma espécie de governo congressual, as próprias corren-

tes de esquerda deveriam concentrar-se ao máximo na agenda em torno da qual se debruçará o Congresso Nacional. Propor pautas alternativas, insistir por exemplo no programa apresentado durante a campanha de Lula em 1989, seria o mesmo que dispersar esforços, que mover-se sob o impulso das saudades, que furtar-se romanticamente aos problemas novos colocados pela conjuntura.

Tal raciocínio, no entanto, parece desconhecer três fatos essenciais. Como a queda de Collor não resultou numa derrota ampla do programa neoliberal que animava o presidente afastado, a agenda política continua marcada, no essencial, pelo debate das reformas políticas e econômicas exigidas por tal projeto. Como a campanha pelo impeachment fixou-se nos atos de corrupção do ex-presidente, e não resultou num debate político mais amplo entre os trabalhadores que foram às ruas, a ofensiva ideológica conservadora sofreu apenas arranjos superficiais. E como o Parlamento que votará os temas em debate é o mesmo que foi eleito na fase mais forte do governo Collor, a correlação de forças em seu interior é amplamente favorável às elites.

O ano político-parlamentar será marcado, a rigor, por cinco grandes momentos. O primeiro deles, a convocação extraordinária do Congresso Nacional, teve início no último dia 11, e irá até 10 de fevereiro.

AJUSTE CONSERVADOR. Embora mais de trinta itens componham a pauta da convocação, o debate do ajuste fiscal proposto pelo Executivo destaca-se claramente dos demais. Por ter herdado o encalçamento financeiro monumental do Estado brasileiro, e por não estar disposto a resolvê-lo confrontando os grandes grupos econômicos aos quais o Tesouro transferiu dezenas de bilhões de dólares na última década, Itamar pretende obter através da criação de novos impostos recursos que lhe permitam governar. O ajuste fiscal proposto pelo governo é, além disso, nitidamente regressivo. Sua espinha dorsal é constituída pelo IPMF, um tributo que se cobra igualmente dos ricos e pobres.

Entre os outros temas da convocação extraordinária do Congresso estão itens como a reforma privatista do sistema portuário, a lei restritiva dos partidos políticos, a concessão de serviços públicos à iniciativa privada e a limitação às despesas da União, Estados e Municípios com salários.

Em 2 de fevereiro, ocorrerá o segundo grande fato do



ano - a eleição do futuro presidente da Câmara. Peça mais importante do Legislativo e substituto de Itamar Franco nas suas ausências, o sucessor de Ibsen Pinheiro coordenará, meses depois, a reforma constitucional. Reflexo da composição conservadora do Congresso, o candidato das forças mais à direita, Inocêncio de Oliveira (PFL-PE) parece ter nítida vantagem, até agora, sobre seu oponente centrista Odacyr Klein (PMDB-RS), em torno do qual se uniu um arco de forças que vai do PMDB aos partidos de esquerda.

ELITES E PLEBISCITO. A partir de fevereiro, e até 21 de abril, o calendário político estará subordinado ao terceiro grande acontecimento de 93, o plebiscito sobre o sistema de governo. Isso, caso o plebiscito não retorne à data originalmente prevista na Constituição de 1988 - ou seja, 7 de setembro. As forças populares, divididas em relação ao sistema de governo, têm obrigação de estar atentas às elites. Enquanto parte delas aferrase à manutenção do presidencialismo imperial, e com representação distorcida no Congresso, um outro setor

parece inclinado a impor um tipo de parlamentarismo que resultará, se vitorioso, em tornar a arena política ainda mais invulnerável aos interesses e às pressões populares.

Com voto distrital misto, fidelidade partidária severa, restrição aos partidos políticos, limitação dramática dos poderes do presidente, dificuldades extremas para destituir o primeiro-ministro ou dissolver o Parlamento e convocar novas eleições, e até mesmo fim das eleições diretas para presidente (como na versão proposta pela *Folha de S. Paulo*), o sistema de governo defendido pelos conservadores visa, como salienta com frequência o deputado Delfim Netto, um de seus defensores mais destacados, livrar o jogo político de *surpresas*, e solucionar o impasse estratégico que o país vive há décadas impondo sem contestação o projeto das classes dominantes.

O quarto grande conjunto de fatos de 93 é o ano legislativo ordinário, que começa em 15 de fevereiro. A pauta inclui projetos de interesse da direita - como a lei

das patentes - mas também um pequeno elenco de temas que favorecem ação mais desenvolvida das forças progressistas. Entre eles está o debate de uma nova política salarial que, segundo compromisso assumido pelo ministro Walter Borelli no ano passado, deverá ocorrer antes de maio.

Em outubro, por fim, tem início o quinto - e o por certo o mais relevante - acontecimento político do ano. A partir do dia 5 o Congresso Nacional será convocado para promover, em regime unicameral e em votações que exigirão maioria absoluta - uma revisão constitucional.

DIREITOS AMEAÇADOS. O alcance que ela poderá assumir ainda é duvidoso. Animada por sua ampla hegemonia sobre o Legislativo, a direita pretende uma reforma que começaria na mudança do sistema de governo, mas levaria de roldão também a maior parte dos direitos sociais conquistados em 88, itens que preservam a soberania nacional, como o monopólio estatal de petróleo e telecomunicações, e os dispositivos que regulam as relações entre capital e trabalho e estabelecem certas garantias para os sindicatos.

Em sua luta pela transformação das estruturas arcaicas do país, as forças populares já enfrentaram quadros tão adversos quanto este. Durante o governo Sarney, por exemplo, frustraram-se rapidamente as expectativas de mudança despertadas pela campanha das *diretas-já*, e sobreveio um *endireitamento* acelerado e incessante.

Naquele instante, no entanto, a esquerda pôde fazer forças da fraqueza porque optou por aparecer como *um pólo alternativo* ao conjunto das saídas propostas pelas elites; porque recusou-se a rebaixar seu programa e lutar pelo *possível*; e porque compreendeu que só poderia legitimar-se se estivesse inseparavelmente ligada aos interesses e angústias dos *de baixo*.

Tal postura rendeu escassíssimos "resultados práticos imediatos", mas assegurou em 1989 a campanha de Lula - ela sim um fato original e transformador. Haveria motivos agora para abandonar esta tradição rebelde e contestadora, e enredar-se num lamaçal político cujos resultados, como se viu, só podem ser o amesquinamento de horizontes, a perda de perspectiva, o apagamento de diferenças e a mediocridade infame a que as elites conduziram a vida nacional?

ANTÔNIO MARTINS

O GOVERNO É FEMINISTA: PRA ARRUMAR A CASA, COSTURAR UM PLANO, VARRER A CORRUPÇÃO E COZINHAR O GALO, CHAMARAM UMA MULHER PRO MINISTÉRIO



Fim da miragem neoliberal

A falácia que chegou a "vender" o capitalismo como "fim da história" vai se desmoronando

1993 será um ano de mudanças ou de continuidade? Podemos arriscar a opinião de que as mudanças serão muito

importantes, mais até do que parece razoável imaginar hoje.

A posse de Bill Clinton como presidente dos EUA terá grandes repercussões. Não que sejam tantas as diferenças entre ele e Bush, especialmente em política externa. Mas o fato é que Clinton foi eleito principalmente propondo uma orientação econômica diferente; e a política econômica de Reagan e Bush não era qualquer coisa: foi justamente o ponto de partida do neoliberalismo - que mais do que uma orientação de política econômica é uma visão política e ideológica global.

Esta visão, depois de ter-se consolidado e desenvolvido no mundo capitalista ao longo dos anos 80, estendeu-se a partir de 1989 inclusive ao antigo "campo socialista". Chegou ao auge em 1991 com a Guerra do Golfo e a desagração final da União Soviética. Parecia que o mundo tinha não apenas uma única superpotência (os EUA) mas um único modelo de desenvolvimento econômico "moderno" - o capitalismo neoliberal, copiado do Terceiro Mundo à Rússia. Daí à ideologia do "fim da história" era um passo.

1992 foi um ano de transição, em que a miragem neoliberal perdeu força, questionada inclusive no seu centro - os Estados Unidos - por episódios como a revolta de Los Angeles e pelo declínio econômico. E é provável que esta reversão prossiga em 1993.

Como diz Marco Aurélio Garcia, secretário de Relações Internacionais do PT, com os EUA num rumo de política econômica distinto haverá um efeito-demonstração, mais forte sobre a América Latina. No nosso continente isto "coincide com o fato de que no fim de 1992 manifestaram-se fenômenos que já criavam grandes dificuldades para o neoliberalismo: a queda de Collor, que, se não caiu por ser neoliberal, foi empurrado também pela situação econômica catastrófica; e o plebisci-



KIPPER

to do Uruguai (ver coluna ao lado), que representou uma sanção da sociedade contra o projeto neoliberal".

Na mesma linha, Tullo Vigevani, pesquisador do CEDEC e professor da UNESP, considera que a grande questão levantada pela eleição de Clinton é a "re-discussão dos valores do neoliberalismo desenfreado a partir dos próprios centros do poder internacional; isto repercute até na FIESP, que reavalia o papel econômico do Estado. Já se considera que mesmo uma economia capitalista não pode funcionar em moldes neoliberais". Tullo aponta também que a onda de liberalização do comércio mundial que era favorecida pela rodada Uruguai do GATT está em crise, com sinais de protecionismo na Comunidade Econômica Européia e agora nos EUA.

Também há mudanças no ex-"campo socialista", onde a transição para o domínio do mercado tem agravado a crise econômica e social.

Marco Aurélio observa que na ex-URSS há uma "retomada da iniciativa de for-

ças deslocadas do poder no passado, um refortalecimento de grupos originários do velho PC". Além da vitória eleitoral do ex-PC na Lituânia, a oposição na Rússia ganha peso. "Foi significativa a condenação pelo governo russo do bombardeio do Iraque: é um sinal de que terminou a política de alinhamento automático com os EUA que vinha desde o final do período de Gorbachov".

REVERSÃO. Aliás, o reequilíbrio do poder na Rússia já teve uma consequência importantíssima. Como comenta o cientista político Emir Sader: no fim de 1992, pela primeira vez no pós-URSS, a Rússia firmou um acordo de longo prazo com Cuba para o fornecimento de petróleo e a retomada do intercâmbio econômico. Cuba vinha comprando petróleo no dia a dia, e obtendo apenas entre um terço e 40% do que recebia em 1989. E o que é também importante: a Rússia se

encarregará do transporte, para evitar problemas com o embargo dos EUA.

Assim, a previsão que se faz em Cuba é que 1994 será um ano melhor, a partir de um bom desempenho em 93.

Estas mudanças aumentam as possibilidades da esquerda. Certamente na América Latina, e até na ex-União Soviética: Marco Aurélio assinala que talvez o fortalecimento da oposição também para grupos da nova esquerda, que recentemente realizaram uma grande reunião

Por outro lado, o início de 1993 traz também sinais muito inquietantes. As previsões são de prosseguimento da recessão, do desemprego, da estagnação. Não se vê o fim dos conflitos étnicos, do racismo, das guerras, massacres, mas sim o agravamento. E Marco Aurélio vê uma tendência preocupante na ONU, de realizar uma política de "intervenções humanitárias" que rapidamente se tornam intervenções políticas. "Em 1993 a desordem mundial vai colocar de forma brutal questões que estarão presentes na rediscussão dos estatutos da ONU em 1995".

Com o declínio do neoliberalismo, expressão hegemônica do capital, haverá mais condições de o movimento dos trabalhadores apresentar alternativas?

Oswaldo Bargas, Secretário de Relações Internacionais da CUT, acredita que ainda não: o movimento sindical e dos trabalhadores tem estado muito na defensiva, e este quadro deve permanecer. O movimento ainda não poderá influir de maneira decisiva nos rumos dos acontecimentos mundiais. Mas terá avanços organizativos. Bargas destaca o convencimento crescente de que é necessária maior articulação internacional, e aponta para grandes transformações na CIOSL. "Na reunião de dezembro do seu Comitê Executivo tomamos conhecimento de que 54 organizações sindicais pediram filiação. Na América Latina, com a entrada da CUT na ORIT, ela terá uma nova qualidade".

JOÃO MACHADO

O PT E A SITUAÇÃO NO GOLFO

O PT emitiu uma nota condenando o reinício dos bombardeios no Iraque por forças dos Estados Unidos, Reino Unido e França, considerando-os uma "grave ameaça à paz mundial".

Para o PT, é hipocrisia invocar decisões da ONU para justificar o ataque, quando são "letra morta" resoluções semelhantes, como a que determina que Israel deixe os territórios árabes que ocupou. Considera igualmente hipócrita a alegação de defesa das minorias curdas e xiitas do Iraque (que são efetivamente agredidas pelo governo) enquanto os curdos são massacrados na Turquia e no Irã. Cita ainda a "complacência das grandes potências frente à expulsão de palestinos pelo governo de Israel e, sobretudo, o massacre das populações muçulmanas na Bosnia-Herzegovina, especialmente os estupros de dezenas de milhares de mulheres pelas milícias sérvias".

A nota lembra que "desde o início condenamos a invasão do Kuwait pelo Iraque e sempre defendemos uma solução negociada no Golfo" e reitera "a necessidade de negociação global no Oriente Médio, que passa, em primeiro lugar, pela resolução da questão palestina e pela proteção efetiva de curdos, xiitas, das populações muçulmanas da Bosnia-Herzegovina e de todas as nacionalidades e etnias que se encontram ameaçadas".

URUGUAIOS BARRAM PRIVATIZAÇÃO

No plebiscito realizado em 13 de dezembro o povo uruguaio anulou cinco artigos essenciais da lei de privatizações proposta pelo governo e aprovada há um ano pelo parlamento. O plebiscito fora pedido por uma comissão integrada majoritariamente pela Frente Ampla, de esquerda, que coletou 25% das assinaturas dos eleitores registrados no país. Os resultados da votação surpreenderam: 72% rejeitaram os artigos privatizantes. O presidente da Frente Ampla, Liber Segni, afirmou: "O nosso povo não só rejeitou os artigos fundamentais da lei que alienava o patrimônio público nacional; também se opôs radicalmente à política econômica e social do governo. O caminho neoliberal prova estar esgotado".

JUAN PEZZUTTO

AS TRINCHEIRAS DO SONHO

Nenhum homem é estrangeiro é o romance autobiográfico de um jornalista americano, que nos fala de um lado desconhecido dos Estados Unidos: as lutas operárias, o movimento em defesa dos direitos civis, a imprensa sindical e socialista. Cr\$ 75.000,00

Livro de memórias e de aventuras, novela da cultura e da política de 68, e também uma história de amor. **As jovens damas vermelhas cada vez mais belas** é um romance sobre os que viveram quando era proibido proibir. Cr\$ 63.000,00



SCRITTA EDITORIAL

EDITORA PÁGINA ABERTA LTDA.
Rua Dona Germaine Burchard, 286
05002 São Paulo - SP

À VENDA NAS LIVRARIAS E DIRETÓRIOS DO PT ★ OU DIRETAMENTE NA EDITORA: TELEFONE (011) 262-1155

OBRA DE MALUF

Eu estava parado num daqueles infundáveis e democráticos engarrafamentos das marginais de São Paulo, quando o raio me bateu na cabeça: "eis mais uma obra de Paulo Salim!". Afinal, nas suas campanhas - mais resistentes e eternas do que o próprio Vlad Drácula - ele sempre as mostra, e apregoa: "eis aí minha obra, tomai e comei-a!". Se a memória não me foge, o plano diretor de São Paulo (o original, planejado lá pelos anos 20) não previa construções desse porte tão próximas aos rios Tietê, Pinheiros, Tamanduateí e outros, exatamente por ser a região ribeirinha, e por cobrarem pedágios periódicos e irremediáveis os tais rios em inundações rituais de grande alcance.

Vai daí que tudo o que era concessão à natureza foi considerado subversivo ali por volta do regime militar (eu sou do tempo em que ecologia dava cadeia, é bom lembrar) e o Sr. Paulo, futuro Eletropaulo, e mais alguns prefeitos em escadinha de ordem e progresso construiram as tais marginais do jeito que são: horríveis, sem acostamento, uns monstrenhos do ponto de vista viário e da segurança. Mas, em todo o caso, o único que continua apregoando aquilo como obra sua é o nosso perene candidato. Por que ninguém pensou em pegar uma bela foto daquelas das marginais inundadas, com carros semicobertos, e pô-la na propaganda eleitoral gratuita, com os dizeres: "eis aí mais uma obra do ditocujo?". Bom, pensei, enquanto o trânsito se desafogava e eu seguia ao meu destino, "a publicidade deve ter razões que a minha não alcança", eu que ainda uso caneta tinteiro e sou contra as privatizações. "Só falta", continuei pensando, já a uns 60 km por hora, "o cara construir uns viadutos em cima dessas pistas, e daqui há uns dez anos esse povaréu desesperado engolir tudo isso, pela TV, como nova grande obra do eterno, e votar nele de novo". Nessa altura peguei uma saída e sumi no tráfego.

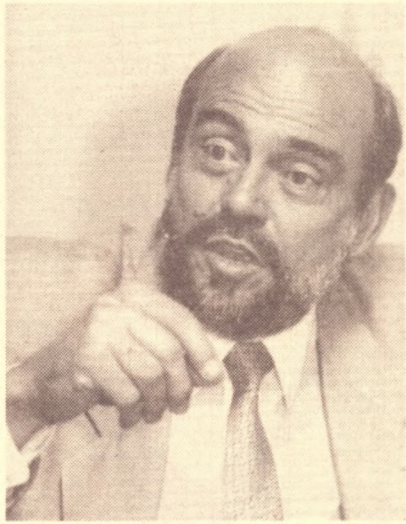
FLÁVIO AGUIAR

PRESIDENCIALISMO PARLAMENTARISMO
PLEBISCITO
QUAL É A SUA?



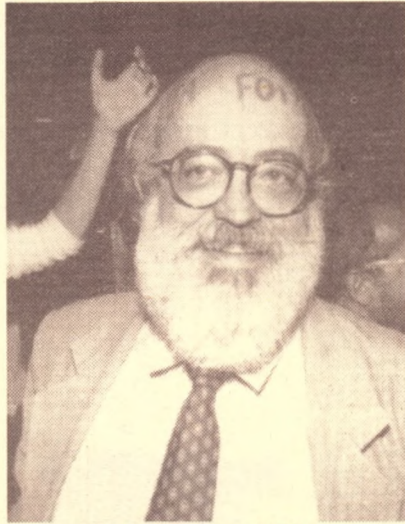
AILTON DE FREITAS / FI

Éden Pedrosa (PDT-RJ)



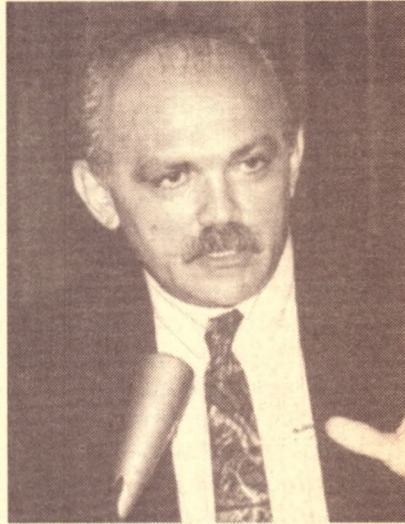
SÉRGIO TOMISAKI / FI

Marcelo Lavenère (OAB)



LULA MARQUES / FI

Sérgio Arouca (PPS-RJ)



ROBERTO JAYME / FI

Medeiros (Força Sindical)

Um voto no escuro?

As decisões do Congresso após o plebiscito podem esvaziar o sentido da consulta

Em menos de três meses, no dia 21 de abril, a população brasileira vai às urnas para decidir se quer que o país seja uma República ou uma Monarquia e se o sistema de governo deve ser presidencialista ou parlamentarista. Hoje, a discussão ainda está praticamente restrita aos políticos e intelectuais, mas deverá se ampliar bastante quando começar a propaganda no rádio e na TV, dia 19 de fevereiro. Aí, os defensores de cada uma das propostas poderão entrar nas casas de milhões de eleitores para defender seus pontos de vista.

Apesar da proximidade do plebiscito, o que está na ordem do dia para discussão não são apenas as questões de fundo que opõem presidencialistas e parlamentaristas ou republicanos e monarquistas. Outros pontos têm atravessado a discussão, desviando a atenção e as energias daqueles que estão à frente de cada uma das campanhas. Para o presidente do PT, Lula, por exemplo, a indefinição sobre as reformas políticas - basicamente mudanças na legislação eleitoral e partidária - pode transformar a escolha de qualquer um dos sistemas numa balela, já que seu caráter poderia ser modificado posteriormente. A necessidade desta reforma política é, aliás, um ponto consensual. Registre-se, contudo, que não há consenso sobre o conteúdo

das reformas. E ao contrário do que pensa Lula, muitos acham que ela pode ser deixada para depois do plebiscito (ver box).

ADIAMENTO. O que também vem assustando a todos, indistintamente, é o alto grau de desinformação da população sobre o plebiscito e as questões que nele serão decididas. Marcado originalmente pela Constituição Federal para 7 de setembro deste ano, o plebiscito foi antecipado para 21 de abril pelos congressistas. O pouco tempo disponível para o debate trouxe à tona a proposta de retorno à data original de 7 de setembro.

É o que defende o presidente do Conselho Federal da OAB, Marcelo Lavenère. Para ele, além da antecipação ser inconstitucional, "seria extremamente inconveniente levar uma matéria tão importante à decisão popular com esta exigüidade de tempo para discussão". O presidente da CUT, Jair Meneguelli pensa da mesma maneira: "Os eleitores estão pouco esclarecidos sobre as muitas e complexas questões envolvidas na escolha entre parlamentarismo e presidencialismo".

As propostas para isso já existem. O Deputado José Fortunati (PT-RS), apresentou na Câmara emenda com mais de 200 assinaturas propondo a volta do plebiscito para setembro. Segundo ele, esta proposta não beneficia

nem parlamentaristas nem presidencialistas. O PSB e o PDT pediram ao Supremo Tribunal Federal que declare inconstitucional a emenda que antecipou o plebiscito. No entanto, o adiamento é pouco provável, já que para ser aprovada na Câmara a emenda do deputado Fortunati precisa de 3/5 dos votos e, no Supremo, a tendência é não interferir nas decisões do Congresso.

Contrário ao adiamento, o presidente do PSDB de São Paulo, deputado federal Geraldo Alckmin, considera suficiente para uma boa campanha de esclarecimento o tempo de propaganda no rádio e na TV até 21 de abril. A mesma opinião tem o vice-líder do PPS, deputado Sérgio Arouca (RJ), que é mais incisivo: "O eleitor não é burro, apesar de muitos acharem que ele é".

Também as regras que regulamentaram o plebiscito causam desentendimentos (ver box). Para o líder do PDT, deputado Éden Pedrosa (RS) "estas regras desprezam todos aqueles que defendem o presidencialismo". Pedrosa é líder de um partido cuja a principal liderança, o governador Leonel Brizola, é um dos mais ardorosos defensores do presidencialismo, mas que ainda não se definiu oficialmente por este sistema.

A desinformação dos eleitores foi confirmada em pesquisa realizada pelo Ibope e publicada pelo **Jornal do Bra-**

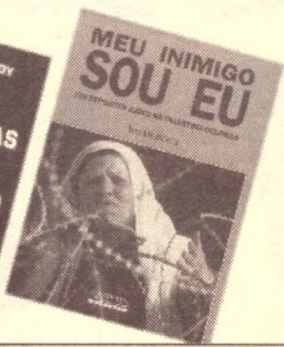
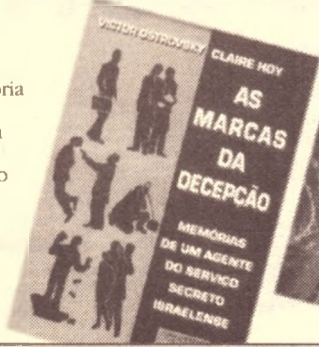
sil no dia 17 de janeiro. Esta pesquisa mostrava que 52% dos eleitores não tinham ainda opinião formada sobre que posição apoiar no plebiscito. **Brasil Agora** pôde constatar nas ruas de São Paulo que esta desinformação se manifesta das mais diversas formas, indo desde opiniões inusitadas sobre o plebiscito até aquelas que acreditam que ele pode resolver os problemas do país. É o caso do vigia Etevaldo Soares de Souza, que acha que o parlamentarismo "vai distribuir melhor a renda para a população". Já o escriturário Antônio Silva, pensava que o plebiscito era sobre pena de morte. Mas há também aqueles que, mesmo com dificuldades, têm opiniões mais consistentes, como o engraxate Hélio Paoro, que diz que vai continuar presidencialista, pois "o país não tem políticos à altura para ter um parlamentarismo".

PRESIDENCIALISTAS. Quem está aglutinando os presidencialistas é a Frente Republicana Presidencialista (FRP), que tem entre seus coordenadores os deputados Miguel Arraes (PSB-PE) e Wladimir Palmeira (PT-RJ) e os senadores Marco Maciel (PFL-PE) e Darci Ribeiro (PDT-RJ). Este último é o autor do manifesto lançado recentemente pela Frente. Segundo ele, o presidencialismo republicano é melhor porque é um "governo democrático fiel à repre-



FUROS DE REPORTAGEM

As marcas da decepção é a história explosiva das experiências de um agente do serviço secreto israelense, o Mossad.



Meu inimigo sou eu, de Yoram Binur, conta a aventura de um repórter judeu disfarçado de árabe, na Palestina ocupada.



Os anos Mitterrand, de Franz-Olivier Giesbert, um livro para entender os descaminhos do socialismo francês.



EDITORA PÁGINA ABERTA LTDA.
Rua Dona Germaine Buchard, 286
05002 São Paulo SP

À VENDA NAS LIVRARIAS E DIRETÓRIOS DO PT ★ OU DIRETAMENTE NA EDITORA: TELEFONE: (011) 262-1155

AS POLÊMICAS

Os principais pontos levantados para uma possível reforma política, independente do resultado do plebiscito, são os seguintes:

PROPORCIONALIDADE - Revisão da proporcionalidade das bancadas de cada estado na Câmara Federal. Hoje, os estados mais pobres e menos populosos têm, proporcionalmente, mais deputados que os estados mais ricos. Enquanto um deputado de Roraima representa menos de 10 mil eleitores, um deputado paulista representa mais de 300 mil. Há desde propostas que apenas diminuam esta disparidade até propostas de 1 eleito = 1 voto.

TIPO DE ELEIÇÃO - Atualmente os parlamentares são eleitos de forma proporcional à votação do seu partido. Assim, o partido elege x número de deputados, que são aqueles x mais votados na sua chapa. Muitos parlamentaristas estão propondo a adoção do voto distrital. Neste sistema, cada estado é dividido em distritos, onde geralmente há apenas um candidato de cada partido, elegendo-se os mais votados em cada distrito. Há propostas também para a adoção de um sistema misto, onde metade dos deputados seria eleita pelo voto distrital e metade pelo voto proporcional.

ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA - Existem propostas para tornar mais rígidas as exigências para o registro definitivo de partidos, como por exemplo um percentual mínimo de votos espalhados por determinado número de estados. O objetivo é impedir o surgimento de "partidos de aluguel". Com o mesmo objetivo se propõe a instituição da fidelidade partidária e tempo mínimo de filiação para obtenção de legenda para eleição.

REVISÃO DO PAPEL DO SENADO - Hoje o Senado tem representação igual de todos os estados (3 senadores por estado) e todas as matérias aprovadas pela Câmara têm que passar pelo Senado, que funciona assim quase como uma casa revisora em relação à Câmara. Há propostas para reduzir os poderes do Senado e outras que simplesmente o extingam, adotando o sistema unicameral.

FINANCIAMENTO DE CAMPANHAS - Devem ser propostas novas normas para o financiamento de campanhas eleitorais. Hoje as empresas estão proibidas de financiar candidatos, mas todo mundo sabe que isso acontece. Há propostas para a criação de um fundo partidário com recursos do orçamento federal, que destinaria recursos para todos os partidos, e outras que propõem liberdade total de doações de empresa e pessoas físicas para candidatos, que poderiam ser descontadas no imposto de renda.

PROPAGANDA NA TV - Há propostas para ser modificada a forma de distribuição do tempo de TV entre os partidos. Hoje a divisão é proporcional às bancadas dos partidos na Câmara Federal e nas Assembleias Legislativas.

REVOGABILIDADE DE MANDATOS - Propõe que, assim como o presidente, os parlamentares estejam sujeitos à perda do mandato. Os mecanismos propostos para a revogação são variados.

AS NORMAS

No dia 20 de janeiro, o Senado aprovou as normas para regulamentação do plebiscito de 21 de abril, após muita discussão e ameaças dos presidencialistas de não votarem o projeto. A votação só foi possível graças a um acordo que garantiu que o modelo de cédula que tinha sido aprovado na Câmara - que colocava três opções: Parlamentarismo com República, Parlamentarismo com Monarquia e Presidencialismo com República - será vetada pelo presidente Itamar Franco, cabendo ao Tribunal Superior Eleitoral a elaboração da cédula definitiva. Segundo os presidencialistas, esta cédula beneficiaria os parlamentaristas, pois os votos para monarquia seriam automaticamente computados por este sistema. Veja quais são as regras do plebiscito:

PROPAGANDA EM TV E RÁDIO - Começa dia 19 de fevereiro e vai até 20 de abril. Serão dois blocos diários de 30 minutos, com 10 minutos para cada uma das frentes (presidencialista, parlamentarista e monarquista). No rádio os horários serão das 7h às 7:30h e das 18h às 18:30h. Na TV, das 13h às 13:30h e das 20:30h às 21h. Cada frente definirá os critérios para divisão do seu horário.

CONTRIBUIÇÕES - Serão permitidas doações de pessoas físicas e jurídicas de até 45 mil UFIRs (em 20 de janeiro isso significava quase Cr\$ 382 milhões), que poderão ser deduzidas do Imposto de Renda.

VOTO OBRIGATÓRIO - O voto será obrigatório, exceto para os menores de 18 anos e os maiores de 70 anos.

SÉRGIO TOMISAKI / FI



Geraldo Alckmin (PSDB)

HUGO SCOTTE



Valério Arcari (PS)

JOSÉ VARELLA / AE



Jandira Feghali (PCdoB-RJ)

sentação popular, que entregue todo poder efetivamente ao eleitorado e dá a cada cidadão a confiada esperança de que ele pode vir a ser o presidente". E continua: "Abraçados nessa bandeira estiveram ontem os que lutaram pela abolição da escravidão, pela independência do Brasil, pela República. É hoje a postura daqueles que estão descontentes com o Brasil tal qual é, e lutam para transformá-lo".

O senador Marco Maciel (PFL-PE), preocupado com a resistência a alguns pontos do sistema presidencialista, propôs emenda à Constituição adaptando mecanismos tipicamente parlamentaristas ao regime presidencialista. Suas propostas: arguição e aprovação prévia dos ministros de Estado pelo Senado; possibilidade de destituição de ministros por maioria absoluta da Câmara; mandato presidencial de 4 anos, com coincidência de todas as eleições; mudança na sistemática de vetos pelo presidente.

PARLAMENTARISTAS. Os partidos de esquerda, com exceção do PT, já se definiram pelo parlamentarismo e fazem parte da Frente Parlamentarista Ulysses Guimarães. O PSB é programaticamente parlamentarista. Segundo o líder na Câmara, deputado Luís Piauhyllino (PE), "o parlamentarismo é o melhor sistema de governo porque dá maior representatividade à população no governo e socializa mais as decisões. O presidencialismo distancia a população do governo". O PSB defende o parlamentarismo com voto proporcional e manutenção da eleição direta para presidente, pontos também defendidos pelo PCdoB. Segundo a vice-líder do PCdoB na Câmara, deputada Jandira Feghali (RJ), o partido defende também a livre organização partidária e a garantia de que o primeiro-ministro possa ser qualquer cidadão, e não escolhido apenas entre parlamentares. "O PCdoB vai articular dentro da frente parlamentarista um bloco progressista para brigar por estes pontos", diz a vice-líder. O PPS é outro partido que já se definiu pelo parlamenta-

rismo. "Esta é a posição histórica do partido, desde a Constituinte de 1946. Defendemos um parlamentarismo com perfil democrático", afirma Sérgio Alencar.

O PSDB tem até uma cartilha sobre as vantagens do parlamentarismo (**Parlamentarismo: como, por que**). Segundo o deputado federal Geraldo Alckmin, "o parlamentarismo dá estabilidade ao que deve ser estável, que é o chefe de Estado (presidente), e instabilidade ao que pode ser instável, que é o chefe de governo (primeiro-ministro)". O PSDB defende o fortalecimento dos partidos, a adoção do voto distrital misto, a instituição da fidelidade partidária e a revisão da proporcionalidade das bancadas no Congresso.

VOTO NULO. Também parlamentarista é a Convergência Socialista, que atualmente requer junto ao TSE sua regularização como partido político. Além das reformas políticas defendidas pelo PCdoB, PSB e PPS, a CS coloca como preliminares e essenciais também a revisão da proporcionalidade das bancadas; a revisão do papel do Senado; o controle público sobre as finanças dos partidos e a revogabilidade dos mandatos parlamentares. "Se estas reformas não forem feitas antes do plebiscito, a opção que resta para um homem de esquerda é votar nulo e denunciar o plebiscito", afirma Valério Arcari, da direção da CS.

Duas outras entidades que certamente têm pouquíssimos pontos de proximidade com a CS são também parlamentaristas: o Pensamento Nacional da Bases Empresariais (PNBE) e a Força Sindical (FS). Para Luís Antônio Medeiros, presidente da FS, "o parlamentarismo vai modernizar a política no Brasil, eliminando os vícios existentes. Com ele, o controle popular é maior". Para divulgar esta posição, a FS imprimiu e distribuiu quase 1 milhão de exemplares da **Cartilha do Parlamentarismo**. Já o coordenador do PNBE, Ricardo Vacaro, ressalta que "só há sentido na adoção do parlamentarismo se ele vier acom-

panhado de uma profunda reforma política". O PNBE tende a apoiar o fim do voto obrigatório e o voto distrital misto.

INDEFINIDOS. As duas entidades que disputam com a FS e o PNBE as mesmas bases sociais, a CUT e a FIESP, ainda não tomaram posição sobre o plebiscito. A CUT deve realizar vários debates para discutir o assunto e tomar uma decisão até o início de março.

Já a mais importante entidade de empresários do Brasil, a FIESP, só deverá definir sua posição em fevereiro. O presidente da entidade, Moreira Ferreira, já se decidiu pelo parlamentarismo, mas esta é uma posição pessoal.

Diante deste emaranhado de opiniões, a UNE (União Nacional dos Estudantes), entidade que voltou ao cenário nacional na campanha pelo impeachment de Collor, decidiu fazer um plebiscito no final de março entre os estudantes universitários para saber que posição adotar. Até lá realizará debates com personalidades que defendem os dois sistemas.

EM ABERTO. Partidos que não vão fechar questão em torno de uma posição no plebiscito são o PMDB e PDS. Segundo o vice-líder do PMDB na Câmara, deputado Germano Rigoto (RS), a questão ficará em aberto no Partido, até por que não é uma questão programática. Rigoto é parlamentarista e afirma que a ampla maioria da bancada peemedebista também é. No entanto, o principal líder do PMDB, o ex-governador Orestes Quércia, é um dos principais cabos eleitorais do sistema presidencialista.

O PDS também não fechará questão em torno de nenhuma das opções de sistema de governo. Segundo o vice-líder Vitor Faccioni (RS), a maioria da bancada e importantes líderes do partido, são parlamentaristas. Para ele, a grande estrela do partido, o prefeito Paulo Maluf, deve optar pelo parlamentarismo, para surpresa de muita gente.

FLAMARION MAUÉS
colaborou Adélia Chagas



MONARCAS NUNCA MAIS!

Nosso povo anda muito embalado pela imagem dos bons reis, como o bom rei D. Juan Carlos I da Espanha que, depois do fascista Franco, parece o príncipe da Sereia, de Andersen. Em sua perene saga anticomunista, nossa imprensa não cansa de falar sempre que pode no trágico destino dos Romanoff. Ainda bem que dois séculos nos separam da cabeça da pobre Maria Antonieta, senão ela voltaria a rolar nas páginas impressas, entre os pães e brioche da nossa nefasta publicidade.

Na verdade, é bom lembrar que as monarquias ensanguentaram o mundo; até mesmo o nosso mundo perdido, essa nossa América de baixo. A tragédia da colonização, vivemo-la sob a égide das coroas; e uma boa parte de nossos movimentos de libertação se deram na trincheira republicana. Ocorre que na América do Sul a transformação brasileira da monarquia em império (D. João era rei, os Pedros, imperadores) foi a solução estabilizadora encontrada pelos nossos oligarcas para individualizar-se no concerto americano, manter a estrutura escravocrata herdada da colônia e conjurar o mais possível os riscos de uma convulsão social que poderia abrir as portas de uma revolução. É verdade que os Pedros nunca foram pessoalmente simpáticos à escravidão; mas entraram no compromisso que ambos, paradoxalmente, acabaram rompendo. Ao fazê-lo, no entanto, o primeiro pôs fim ao seu império; e o segundo, fim ao império, tão embricadamente monarquia e escravidão andavam. No meio dessas contradições o Brasil tornou-se, na América do Sul, o porta-voz de uma verdadeira internacional monárquica que, atacada na Europa, queria um foco no "novo mundo". O império brasileiro submeteu as insurreições republicanas - tanto pelas armas como pela negociação "apaziguadora" com seus setores mais sensíveis ao chamado conservador, como aconteceu com os Farrroupilhas, entre 1935 e 1945. Agiu como império nas sucessivas intervenções no Prata, o que, além de infernizar a vida de orientais e argentinos, favorecendo ali a perturbação dos caudilhos salvadores, pró e contra o gigante, ainda levou diretamente ao desespero de Solano Lopez, no Paraguai, e à chacina que foi aquela tresloucada guerra. Com tudo isso, nossa combalida república recebeu, como herança do império, a longevidade da escravidão, o aprisco oligárquico e a importância crescente do Exército como alternativa política.

Depois disso querem nos fazer escolher entre Petrópolis e Vassouras, pode?

CAMPOS LEÃO

PRESIDENCIALISMO

PARLAMENTARISMO

PLEBISCITO
QUAL É A SUA?

Sem fórmulas mágicas

Desconsideradas as condições políticas e históricas, não há um sistema ideal.

Quando se debate sobre os sistemas de governo, discute-se, simplesmente, como deve ser a distribuição do poder político em regimes democráticos representativos. Em outras palavras, o que está em discussão é a definição de formas de repartição de funções, responsabilidades e meios de controle de um poder pelo outro, entre o Executivo e o Legislativo.

Assim, a opção por um ou outro modelo de governo não é entre um modelo intrinsecamente democrático e outro intrinsecamente autoritário. Há exemplos na história de parlamentarismos e presidencialismos democráticos, e também de ditaduras surgidas em ambos. Da mesma maneira, ambos podem evitar ou favorecer o surgimento de lideranças carismáticas, dependendo dos mecanismos previstos nas diversas formas de cada modelo.

O que vai impedir desvios ditatoriais são instrumentos que podem existir em ambos os regimes, de partilha e desconcentração do poder; a existência de regras bem definidas e legítimas para o funcionamento das instituições políticas, dos direitos e garantias individuais e sociais e da ordem social e econômica; eleições periódicas e democráticas para escolha dos governantes e outras não periódicas - como o plebiscito - para definir questões de interesse geral da sociedade; e liberdade na formação de correntes de opinião política (partidos) e segurança de sua representação (desde que tenha os votos necessários) no Congresso, para formação de maiorias e minorias. A seguir, algumas características dos sistemas de governos presidencial e parlamentar.

QUEM ELEGE QUEM. No parlamentarismo, o povo elege o Parlamento (poder Legislativo), que por sua vez elege o governo (poder Executivo, tam-



MAX FIGUEREDO

bém chamado "gabinete" ou "conselho de Ministros"). É claro que este governo terá como base, então, a maioria parlamentar. No presidencialismo, o povo elege diretamente o Parlamento e também quem deve chefiar o governo - no caso, o presidente.

PARLAMENTARISMO. Este sistema teve origem nas lutas contra o poder absoluto dos monarcas europeus, e hoje é adotado também por repúblicas. Ele estabelece uma divisão entre as funções do chefe de Estado (monarca, na Grã-Bretanha, Espanha, Bélgica e Suécia, por exemplo; ou presidente da República, eleito indiretamente, como na Alemanha, Itália, Israel e Índia) e chefe de Governo (primeiro-ministro ou presidente do Conselho de Ministros). O primeiro-ministro é indicado ao Parlamento pelo chefe de Estado e deve ser aprovado (assim como todos

os ministros que compõem o seu gabinete) pela maioria parlamentar. Havendo desavença entre o primeiro-ministro (incluindo seu gabinete) e a maioria do Parlamento, o governo é obrigado a se demitir (isso ocorre quando o Parlamento aprova uma "moção de desconfiança"). Demitido o governo, podem ocorrer duas hipóteses: dissolução do Parlamento pelo chefe de Estado, havendo então novas eleições e formação de um novo governo; ou constituição de um novo governo com base no Parlamento já existente, sem novas eleições, isto é, sem dissolução do Parlamento. A esta segunda hipótese dá-se o nome de "voto de desconfiança construtivo".

PRESIDENCIALISMO. No presidencialismo, o presidente da República é ao mesmo tempo chefe de Estado e de Governo (poder Executivo). Tanto o presidente quanto os membros do

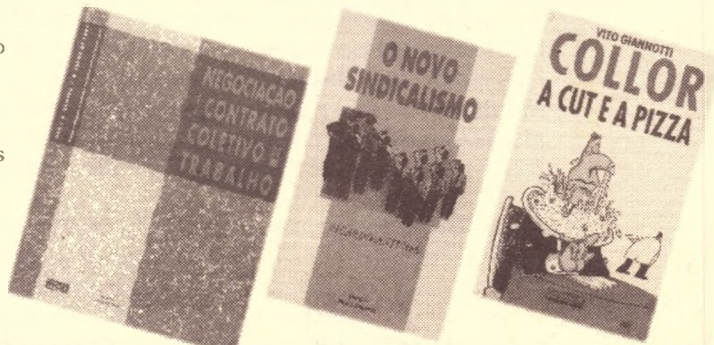
poder Legislativo são eleitos diretamente com mandatos para um tempo fixo, e um poder não pode destituir o outro, a não ser em caso de crime de responsabilidade do chefe do Executivo quando, então, o Legislativo pode decretar a perda do mandato (*impeachment*). Prevalece o que se chama de autonomia dos poderes. O presidente da República pode vetar projetos de lei aprovados pelo Legislativo, e o Legislativo, por sua vez, derrubar os vetos. O Parlamento fiscaliza os atos do Executivo (CPIs, convocação de ministros, sustação de atos que vão além de suas atribuições) e tem que aprovar o orçamento a ser executado pelo governo. Os ministros de Estado são nomeados e exonerados livremente pelo presidente da República (em alguns casos, como nos Estados Unidos, a nomeação depende da aprovação de algum órgão do Legislativo).

COISAS DO SINDICALISMO

Negociação e contrato coletivo de trabalho é uma publicação do Instituto Cajamar, em co-edição com a Editora Scritta.

O novo sindicalismo, de Ricardo Antunes, faz um balanço de lutas sindicais na década de 80, fundamental para se entender os desafios e as perspectivas do movimento sindical dos anos 90.

Collor, a CUT e a pizza, de Vito Giannotti, conta a história do movimento pelo Fora Collor, destacando a participação do movimento sindical e dos partidos de esquerda.



SCRITTA EDITORA

Rua Dona Germaine Buchard, 286 05002 São Paulo SP

À VENDA NAS LIVRARIAS E DIRETÓRIOS DO PT ★ OU DIRETAMENTE NA EDITORA: TELEFONE: (011) 262-1155

ALGUNS EXEMPLOS

REINO UNIDO

Sistema de governo: Monarquia Constitucional

Forma de escolha do rei: Sistema de hereditariedade.

Poderes do rei: Chefe de Estado. Como todo o poder político concentra-se no primeiro-ministro e seu gabinete, o monarca deve agir de acordo com sua orientação.

Poderes do primeiro-ministro: Chefe de Governo. É quem escolhe os membros do gabinete dentre os membros do seu próprio partido. É, contudo, sujeito ao Parlamento no sentido que deve expor e defender sua política ao debate parlamentar.

Legislativo: Parlamento bicameral. Câmara dos Comuns (650 membros eleitos por voto direto para mandato de 5 anos) e Câmara dos Lordes (mais de 1.000 membros: príncipes, pares e nobres da corte, lordes legisladores, consultores jurídicos, 2 arcebispos, 24 bispos).

FRANÇA

Sistema de governo: Presidencialismo misto com Parlamentarismo

Forma de escolha de presidente: Sufrágio universal

Forma de escolha do primeiro-ministro: Nomeado pelo presidente.

Poderes do presidente: Amplos, inclusive nomear e demitir o primeiro-ministro e dissolver a Assembléia Nacional.

Poderes do primeiro-ministro: Limitados; a Assembléia Nacional pode derrubar o governo por maioria absoluta. Contudo, é ainda responsável pela defesa das ações do governo e teria poderes de controle sobre a administração.

Legislativo: Senado (321 membros eleitos por colégio eleitoral para mandato de nove anos, 1/3 renovado a cada três anos; Assembléia Nacional (577 membros eleitos por voto direto para mandato de cinco anos).

ALEMANHA

Sistema de governo: República federativa parlamentarista

Forma de escolha do presidente: Escolhido pela Assembléia Federal a cada cinco anos.

Forma de escolha do primeiro-ministro: O chanceler é nomeado pelo presidente, mas eleito por maioria absoluta da Assembléia Federal.

Poderes do presidente: Chefe de Estado, nomeia o chanceler, mas não pode demiti-lo ou dissolver o Parlamento.

Poderes do primeiro-ministro: Chefe de Governo. Na prática, é sempre o presidente do partido majoritário. Tem poderes consideravelmente independentes e orienta a política do governo. Pode ser deposto pela maioria absoluta do Parlamento, mas somente depois que este elegeu seu sucessor por maioria absoluta.

Legislativo: Parlamento bicameral (Conselho Federal, 68 membros; Assembléia Federal, 662 membros com mandato de 4 anos eleitos por sistema misto de representação proporcional e voto direto).

ITÁLIA

Sistema de governo: República parlamentarista

Forma de escolha do presidente: Eleito pela Câmara e Senado junto com três representantes de cada região, por maioria absoluta, para mandato de sete anos, que não pode ser reduzido.

Forma de escolha do primeiro-ministro: Indicado pelo presidente.

Poderes do presidente: Pode convocar sessões especiais do Parlamento e dissolvê-lo, além de indicar o primeiro-ministro. Pode ser, contudo, indiciado por alta traição ou incapacidade de sustentar a Constituição.

Poderes do primeiro-ministro: É o único responsável pela direção da política e administração do governo.

Legislativo: Câmara (630 membros); Senado (315 membros eleitos por voto direto para mandato de cinco anos).

ESTADOS UNIDOS

Sistema de governo: República presidencialista

Forma de escolha do presidente: Por sufrágio direto e universal para mandato de 4 anos.

Poderes do presidente: Nomeia secretários de departamentos (cargo correspondente ao de ministro) e diretores de agências governamentais, com a aprovação do Senado, Chefe do Executivo, responsável pela realização de tratados, comandante das Forças Armadas e Chefe de Estado. Na prática, suas responsabilidades incluem propor leis, formular a política externa, diplomacia e liderança de seu partido.

Legislativo: Senado: 100 membros (2 por estado) eleitos por voto direto com mandato de 6 anos; 1/3 renovado a cada dois anos.

Câmara dos Deputados: 435 membros eleitos pelo voto direto segundo a população de cada estado, mandato de 2 anos; o voto direto não é obrigatório.

Poderes do Congresso: Criar impostos, emprestar recursos financeiros, regular o comércio interestadual, declarar guerra, disciplinar seus próprios membros e determinar suas regras de procedimento.

JAPÃO

Sistema de governo: Monarquia Constitucional

Forma de escolha do imperador: Sistema de hereditariedade.

Forma de escolha do primeiro-ministro: Escolhido pela Dieta (Parlamento) entre seus membros. Em geral, é o líder do partido majoritário ou de um dos partidos coligados.

Poderes do imperador: O imperador não tem poderes em relação ao governo. Seu principal papel consiste em formalidades como a indicação do primeiro-ministro, que é previamente designado pela Dieta.

Poderes do primeiro-ministro: Escolhe o gabinete. Se a Câmara dos Deputados aprova uma resolução de censura ou recusa-se a dar um voto de confiança ao governo, o gabinete deve renunciar, a menos que a Câmara dos Deputados se dissolva em dez dias.

Legislativo: Bicameral. Câmara dos Deputados, 512 membros eleitos por voto direto para mandato de 4 anos; Câmara de Conselheiros, 252 membros eleitos para mandato de 6 anos, a metade renovada a cada 3 anos.

(EXEMPLOS EXTRAÍDOS DA CARTILHA "PARLAMENTARISMO OU PRESIDENCIALISMO. VOCÊ DECIDE", PUBLICADA PELA SECRETARIA NACIONAL DE FORMAÇÃO POLÍTICA DO PT)

MEIO A MEIO. Há sistemas de governos que não são 100% presidencialistas ou parlamentaristas. Alguns combinam características do presidencialismo com outras do parlamentarismo. Normalmente, nestes sistemas, tem-se a eleição direta do chefe de Estado (presidente da República) e a formação de um gabinete, dirigido por um primeiro-ministro que conte com a aprovação do Parlamento para sua equipe e seu programa de governo. Estes modelos podem ser chamados de semipresidencialistas ou semiparlamentaristas, dependendo do maior ou menor poder do presidente da República de ingerência nos negócios do governo (por exemplo: poder destituir o primeiro-ministro ou qualquer dos membros do gabinete sem precisar de aprovação do Parlamento) e de interferir no processo Legislativo, no sentido de poder vetar uma lei, por exemplo. São considerados semipresidencialistas, por exemplo, os sistemas adotados em Portugal e na França e semiparlamentaristas os da Finlândia e da Áustria.

ESTABILIDADE. Qualquer que seja o sistema de governo a ser adotado no Brasil, a estabilidade do regime democrático vai depender menos das regras de distribuição das funções e responsabilidades entre os poderes, e também dos controles entre eles, e mais das relações tanto do Legislativo quanto do Executivo com a comunidade política. Em outras palavras, a estabilidade vai depender mais da capacidade dos governantes para dar respostas que obtenham amplo apoio entre os cidadãos, nas questões de interesse dos governados, que muitas vezes são antagônicas.

É fundamental que qualquer opção que seja assentada em bases democráticas tenha como foco central as necessidades de liberdade política e contenha canais reais de apresentação das mais variadas reivindicações da sociedade civil, com condições ágeis e eficazes de aplicação de diretrizes político-administrativas democraticamente escolhidas pela vontade popular.

DIFICULDADES. Observa-se que diferentes parlamentarismos, presidencialismos e sistemas mistos (também chamados híbridos) encontram-se hoje submetidos ao debate público. Na Itália, cresce o movimento que defende a eleição direta do presidente da República, dando-lhe poderes iguais aos do sistema francês. Na França, depois de conflitos entre o primeiro-ministro Jacques Chirac e o presidente François Mitterrand, pertencentes a forças políticas rivais, cresce a onda para redução de período do mandato presidencial. Na Inglaterra, é notória a insatisfa-

ção com o sistema eleitoral, que praticamente exclui do Parlamento um partido político, o Liberal, que teve 20% dos votos na última eleição e apenas 3% das cadeiras do Parlamento. Também na Inglaterra, há protestos contra o uso da prerrogativa do primeiro-ministro de dissolver o Parlamento (mesmo tendo a maioria parlamentar a seu favor), apenas para aumentar o seu período de governo, depois de baixar algumas medidas de impacto favorável ao prestígio do gabinete. Pergunta-se: Bush teria perdido a eleição nos Estados Unidos, se tivesse a oportunidade de convocar as eleições logo após o término da guerra contra o Iraque?

Mas nem tudo são flores em Washington, onde se reivindica a coincidência de mandatos entre o Legislativo e o Executivo, a limitação da reeleição dos deputados, a facilidade do presidente da República de - em caso de urgência ou relevância - adotar medidas provisórias ou decretos-leis e a facilitação do alistamento eleitoral. Na Índia e no Paquistão, a alegada flexibilidade do parlamentarismo não resolve conflitos étnicos e políticos (os assassinatos de primeiros-ministros têm sido frequentes). No Peru, o presidencialismo enfraquecido não evitou o golpe de Fujimori. Na Argentina, Menem é ameaçado de impeachment com sua proposta de alterar a Câmara dos Deputados, para alcançar a maioria.

No Japão, o governo parlamentarista dos liberais-democráticos (há quase cinquenta anos no poder) não cai, apesar de desmoralizado pelas acusações de corrupção. Em Portugal, a Constituição de 1976, apesar de revista em 1982 e 1989, não conseguiu distribuir, de forma pacífica, as funções de presidente da República e primeiro-ministro. Na Alemanha, os Verdes, com 4,8% dos votos, não obtiveram sequer uma cadeira no Parlamento, e questiona-se se é justa esta exclusão.

(TEXTO ELABORADO A PARTIR DO ARTIGO DE THALES C. MACHADO COELHO, ADVOGADO, ASSESSOR DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL E CONSULTOR DA ESCOLA SINDICAL 7 DE OUTUBRO.)





THATCHER

INGLATERRA

A ditadura parlamentar

O mais famoso parlamentarismo do mundo, o britânico, matriz de tantos outros, é hoje uma ditadura: a ditadura do Partido Conservador. Por mandar no Parlamento e por ser o regime parlamentarista, o partido manda também no Executivo. Resultado: não há separação de poderes e não adianta discutir nada no Parlamento, porque tudo se decide nas antecâmaras do partido. Longe de ser uma situação excepcional, a ditadura do partido majoritário é intrínseca ao parlamentarismo e acontecerá em toda configuração em que um único partido ou uma coalizão bem amarrada tiver a maioria de votos no Congresso. Ou seja, em toda configuração, o governo de John Major vem cometendo os maiores desastros e provocando grandes desastros políticos e econômicos, impunemente. Perderam bilhões de libras numa tentativa cretina de sustentar a taxa de câmbio, o que fracassou e levou à desvalorização da moeda. E nada aconteceu. Nem mudaram o ministro da Economia. Fecharam precipitadamente minas de carvão que não deveriam ser fechadas e, de novo, nada aconteceu. Elegeram-se prometendo a recuperação econômica, mas o desemprego só fez aumentar e nada aconteceu. Hoje, 65% do eleitorado se opõe aos conservadores, mas eles não são obrigados a convocar eleições nem a pedir um voto de confiança ao Parlamento.

TODA CRÍTICA SERÁ CASTIGADA. Toda crítica no Parlamento, por mais feroz ou inteligente ou persuasiva que seja, não leva a nada, porque a alternativa seria a derrubada do partido do poder. Na ditadura parlamentar não há racionalidade na discussão, nem no voto, pois tudo termina na questão política de derrubar ou não o governo. E só muito excepcionalmente um partido vai se autoderrubar do poder. De fato, o Parlamento se torna totalmente subordinado ao Executivo, mera tribuna de debates.

Na ditadura parlamentarista britânica, o monopólio do poder é agravado pelo caráter fragmentado do poder Judiciário, pela inexistência de uma Constituição, pela sobrevivência de um estamento aristocrata e pela tradição de secretismo imperial do alto funcionalismo. A imprensa britânica, e o próprio Judiciário, a partir de um processo criminal comum, descobriram que o governo conservador de Margaret Thatcher financiou vastas vendas de armas ao Iraque, violando disposições do Parlamento e mentindo à opinião pública. Mas nada aconteceu. Descobriu-se que o filho de Thatcher intermediou alguns dos negócios. E nada aconteceu.

O VOTO DISTORCIDO. Por tudo isso, as mais importantes campanhas da sociedade civil hoje, no Reino Unido, são as que visam garantias constitucionais: a campanha terrorista do IRA pela independência da Irlanda do Norte, a campanha dos escoceses pela autonomia, a campanha do Partido Liberal pelo voto proporcional.

O voto distrital vem distorcendo a representação a favor dos dois grandes partidos, reforçando ainda mais a ditadura parlamentarista. Há um movimento público em toda a Grã Bretanha, pela instituição de um *Bill of Rights* - uma carta de direitos do cidadão - que o proteja contra os abusos da ditadura parlamentarista. Prevalece uma crescente sensação de que os vícios do parlamentarismo britânico há muito superam suas virtudes.

BERNARDO KUCINSKI



TRUDEAU

CANADÁ

O fino que satisfaz

No Canadá todos reclamam de tudo: os ingleses reclamam dos franceses, que reclamam dos ingleses, e ambos reclamam dos novos imigrantes, que reclamam dos antigos, que reclamam dos jovens, que reclamam de si mesmos, que reclamam dos professores, que reclamam dos deputados, que reclamam dos sindicatos, que reclamam dos empresários, que reclamam dos eleitores, que reclamam de todos, que reclamam dos índios, que reclamam de todo mundo. Ninguém, no entanto, reclama do sistema parlamentarista de governo, que os diferencia dos poderosos vizinhos do sul, os Estados Unidos.

DESBALANÇO NA BALANÇA. Há algumas razões para essa unanimidade. O sistema parlamentarista canadense tem um embalo que funciona. Em primeiro lugar, a vida política do Canadá é ao mesmo tempo tri e multipartidária. No plano federal, o país tem três fortes partidos, embora dois sejam os preponderantes: o Conservador Progressista (!), o Liberal e o irmão menor e mais novo, o NPD, Social Democrata. Essa situação cria um desbalanço suficiente para não transformar o parlamentarismo canadense numa ditadura parlamentar da maioria, embora às vezes criem-se situações em que um dos partidos esmaga os outros. Em segundo lugar, o Canadá tem uma repartição de poderes muito precisa entre união, províncias e municípios. Isso confere de fato um poder muito efetivo a lideranças locais e regionais. É muito freqüente a versão provincial de um partido demonstrar grande autonomia em relação à sua versão federal, e vice-versa. Ao mesmo tempo, isso cria situações curiosas, como a de que quem de fato peita o governo federal de Ottawa, a capital, seja qual for o partido no poder, é o *Parti Québécois*, que atua só na província de Quebec, mas é de tradição separatista, hoje autonomista.

O LÍDER CAI. Em terceiro lugar, o sistema é parlamentarista de cima a baixo, na união, nas províncias e nos municípios. Entretanto os partidos se organizam em torno de lideranças bem determinadas, escolhendo internamente seus líderes. As eleições revestem-se assim de um caráter majoritário, o que contrabalança o fechamento do voto distrital. Vota-se no deputado ou no conselheiro municipal mas também através dele vota-se na liderança, na linha do partido, o que cria uma sensação de participação nos grandes temas nacionais.

Há também uma repartição de poderes real, no plano horizontal. O Judiciário no Canadá é de fato forte e independente. As forças armadas, embora fortes o suficiente para manterem a ordem interna e terem presença externa significativa, não têm expressão política: o Canadá não é um país caracterizadamente intervencionista, ao contrário de seus vizinhos do sul e de seus antepassados Inglaterra e França.

LAST, BUT NOT LEAST, o Canadá conta com um sistema de comunicação bastante democratizado. Num país de longas e geladas distâncias, o rádio e depois a TV tornaram-se "gêneros de primeira necessidade". O primeiro-ministro é um deputado como os demais (se o líder do partido majoritário não se elege, um dos seus correligionários deve forçosamente renunciar, para que ele tenha assento no Legislativo). Ali ele é interpelado pelos demais, garroteado e garroteado - mas o que poderia ser um mero circo ganha notoriedade pela eterna presença das câmaras, que tudo registram. Em horas mortas alguns canais passam esses debates na íntegra. Quase ninguém vê, mas o registro está lá.

É claro que tudo isso às vezes soa artificial, como um conto de fadas no Planeta Mongo (aquele do Flash Gordon, quem se lembra?), porque o Canadá não é um país de regime imperialista. Há também coisas a criticar naquele país, e em seu sistema de governo. Mas quem somos nós para jogar pedra no *fiberglass* alheio?

FLÁVIO AGUIAR



A segunda morte de Collor

Expulso do Planalto, o ex-presidente é humilhado por uma chapa de esquerda, nas eleições de Maceió.

Nem a fraude escancarada que seus seguidores praticaram no primeiro turno, nem o recurso aos expedientes mais mesquinhos de corrupção eleitoral, nem mesmo a tentativa, patrocinada pelo governo Bulhões-Denílma, de promover dias antes do pleito, e graças a um exército de policiais à paisana, um suposto "ato de desagravo" em sua homenagem, puderam livrar o ex-presidente Fernando Collor de uma segunda morte política, no último dia 10.

Collor, o governo Bulhões-Denílma e o candidato de ambos a prefeito, José Bernardes (apoiado pela coligação PFL-PSC-PTB), foram fragorosamente derrotados (67% contra 32% dos votos), na Maceió que um dia os apoiou, pela chapa Ronaldo Lessa-Heloísa Helena (PSB-PT), apoiada por uma frente democrática. Era o segundo turno das eleições municipais, atrasadas devido às fraudes praticadas pelo esquema do candidato colidido no primeiro turno. E para que a humilhação fosse completa, logo depois de confirmada sua vitória o novo prefeito destacou: "O resultado lava a alma dos alagoanos, que mostraram para todo o Brasil que não são coniventes com Collor e sua quadrilha".

No primeiro turno três candidaturas disputaram o pleito. Ronaldo Lessa (PSB-PT), Teotônio Vilela Filho (PSDB, PMDB, PCdoB e PPS), José Bernardes (PFL, PSC e PTB), sendo essa última apoiada de forma aberta por Collor e Geraldo Bulhões.



Heloísa (PT) e Lessa (PSB) lavaram a alma do povo alagoano

Apesar de todas as pesquisas, inclusive do *DataFolha*, indicarem a vitória de Zé Bernardes já no primeiro turno, a candidatura da Frente Maceió Popular cresceu na esteira das mobilizações pelo Fora Collor e na insatisfação popular com o governo estadual, e chegou em primeiro lugar, surpreendendo a todos, inclusive aos analistas políticos das classes dominantes alagoanas.

Para Pedro Montenegro, presidente do Diretório do PT em Maceió, a vitória de Ronaldo e Heloísa no primeiro turno "foi a vitória da indignação, do anti-Collor, do repúdio ao governador Geraldo Bulhões, que deixa os estudantes sem aulas por todo

o segundo semestre de 1992, devido a uma greve dos professores do estado". Além disso, continua Pedro, "ela mostra que a 'República das Alagoas' é composta por um número insignificante de alagoanos que na verdade formam um grupo de assaltantes".

Já para Heloísa Helena, vice-prefeita eleita, a vitória de Ronaldo foi a "demonstração clara de que o povo de Maceió queria o novo e já não suportava mais o atraso e a forma arcaica de fazer política das oligarquias alagoanas, sempre baseada na corrupção, no tráfico de influência e no empreguismo". Para Heloísa, a vitória no segundo

turno foi só a confirmação do que já se havia conquistado no primeiro. Desde então, uma grande parcela da população de Maceió consagrou a chapa vitoriosa, e mostrou que era possível ousar, e que o sonho da construção de uma nova ordem política para Maceió era possível.

RONALDO E HELOÍSA. Ronaldo Lessa é engenheiro civil, foi perseguido pela ditadura militar, participou ativamente da vida sindical no Rio de Janeiro e em Maceió, ingressando na vida parlamentar em 1982, quando foi eleito deputado estadual pelo PMDB. Em 1985, rompeu com esse partido devido à entrada de

Fernando Collor, e se filiou ao PSB, que integra até hoje. Em 1986 elegeu-se vereador em Maceió.

Heloísa Helena tem uma trajetória de vida política diferente. Enfermeira, professora universitária, mãe de dois filhos, destacou-se na sua militância sindical tanto na categoria dos enfermeiros quanto na dos docentes. Envolveu-se também na luta pela saúde popular, e participou de todos os fóruns de discussão sobre o tema, como a Conferência Nacional de Saúde.

O FUTURO. Para o prefeito eleito, que tomou posse no último dia 19, devido à fraude no primeiro turno, "essa vitória significou o rompimento com a política tradicional no estado, e abre perspectiva da criação de uma nova força na política alagoana, caso essa prefeitura consiga fazer um bom trabalho".

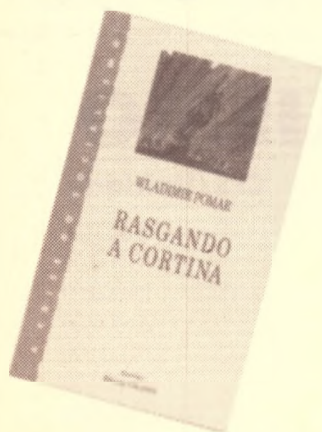
Para cumprir tal objetivo, o prefeito eleito nomeou no dia 20, logo após sua posse, uma equipe composta na sua maioria por militantes do PSB. O secretariado conta também com quatro membros indicados pelo PT, nas áreas de Educação, Cidadania, Transportes Urbanos e Procuradoria.

Heloísa Helena garante que a vitória abre uma nova etapa na história política alagoana, que "deixará deser conhecida por marechais Collors e suas Repúblicas, e será respeitada também por seu povo forte, corajoso e resistente, que na hora certa sempre apresenta sua resposta".

RICARDO COELHO

Journalista e membro do PT-Maceió-AL.

O SOCIALISMO JÁ ERA?



Rasgando a cortina discute a experiência do socialismo construído nos países do Leste Europeu, numa tentativa de compreender as razões de seu fracasso.

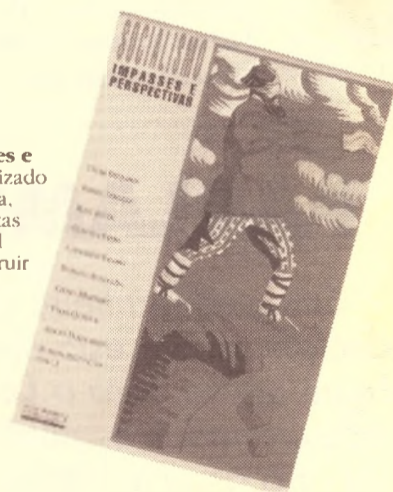


A miragem do mercado é uma análise do processo de reintrodução do capitalismo naqueles países, suas contradições, seus limites e seus mitos.

O sistema soviético: relato de uma polémica, de Fernando Haddad, expõe e debate as várias teorias que buscam explicar qual seria (ou teria sido), afinal, o caráter social do sistema soviético.



Socialismo, impasses e perspectivas. Organizado por Rubens Pinto Lyra. Interlocutores marxistas da Europa e do Brasil discutem como construir uma identidade socialista moderna.



À venda nas livrarias e diretórios do PT ou diretamente na Editora. Telefones: (011) 262-1155 ★ 871-5550
★ Fax: (011) 864-9320

SCRITTA

Rua Dona Germaine Buchar, 286
05002 São Paulo SP

Rasgando a Cortina e **A Miragem do Mercado** fazem parte de uma trilogia. O terceiro volume - **A Ilusão dos Inocentes** - será dedicado a discutir as perspectivas futuras da luta pelo socialismo.

Enquanto o bandido está matando menos de uma pessoa por dia, o cidadão comum está matando vinte, em São Paulo.



JORGE ARAUJO/FI

O repórter Caco Barcellos, da Rede Globo de Televisão, enfrentou corajosamente ameaças contra a sua própria vida e publicou, no final do ano passado, o livro Rota 66 - hoje em sua 14ª edição. Considerado um dos principais libelos contra a violência policial divulgados no Brasil, o livro denuncia os dez maiores matadores da Polícia de São Paulo e, para além das estatísticas, revela os métodos e os alvos principais da violência: os cidadãos comuns, pobres, negros e jovens. Caco rejeita a pena de morte e exige que o problema da criminalidade no Brasil seja tratado com seriedade e abrangência. A imprensa é um dos principais focos de suas críticas, pela maneira irresponsável com que está participando deste debate. Ela dedica todo o espaço possível a casos como o da atriz Daniela Perez e o da menina Miriam Brandão, mas, segundo Caco, ignora que no ano passado sete mil pessoas foram assassinadas na periferia do Rio de Janeiro. Abaixo, os principais momentos da entrevista exclusiva concedida em duas oportunidades, em Porto Alegre, a Maria Luíza Santos Soares, e em São Paulo, a Mouzar Benedito, do Brasil Agora.

Por que você escolheu o caso Rota 66 para ser o ponto de partida para o livro?

Primeiro por ter consciência de que o leitor seria um leitor de classe média. Eu queria avisar as pessoas que vão ler o livro que essa brutalidade - que muita gente nem liga - pode algum dia entrar na sua casa. Você pode perder um irmão, um filho, o pai... Outro motivo é pela importância histórica. Foi a partir deste caso que o Supremo Tribunal Federal decidiu que os crimes cometidos por PMs seriam julgados pela Justiça Militar.

Você já recebeu manifestações de entidades internacionais sobre o livro. Foram de apoio ou contrárias?

Integralmente de apoio. Aqui no Brasil houve também radialistas me acusando pelo rádio, PMs e familiares de PMs... Com relação a estas ameaças, eu queria fazer um comentário, uma coisa que não me surpreendeu mas que me inco-

moda um pouco. Eu observei nas informações que são divulgadas que é dado um espaço muito maior às ameaças que eu sofri do que para o conteúdo do livro. E um fato envolvendo um repórter de classe média, da Rede Globo, é mais motivo de notícia que a morte de 4.170 pessoas, a maior parte em circunstâncias duvidosas, pra não dizer injustas e absurdas.

Interessante é que a população e a imprensa só consideram seqüestros esses de empresários e seus familiares, nunca o de pobres da periferia seqüestrados e mortos por "justiceiros". E isso é também um seqüestro seguido de assassinato, não?

Evidente. E é o mais cruel deles. Vou fazer uma afirmação que pode parecer ridícula se for pega pelo lado superficial. O seqüestro pode ser chamado até um crime "limpo" - entre aspas, é claro - porque a vida é importante não só pra vítima, mas também para a polícia e para o próprio bandido seqüestrador, porque o único poder de barganha que ele tem é a vida da vítima. Se ele matar a vítima, deixa de ganhar o dinheiro. Ele só tem potencialmente o dinheiro do resgate se provar à família da vítima que o refém está em boas condições. Ele tem que fazer o diabo para preservar a vida da vítima, e a polícia também. A PM, por exemplo, costuma chegar atirando e no caso de seqüestro ela tem que ter cautela. Tanto que não é a PM que vai fazer essa repressão, é uma equipe especializada, altamente treinada. Ainda mais que a vítima aí é da alta elite econômica. É o único momento em que a polícia se preocupa com todo o rigor em proteger a vida e não só o patrimônio.

Eu o chamo de crime "limpo" porque seu grande mal é tirar a liberdade, um direito sagrado. Se você considerar o crime de homicídio, ele é muito

Os PMs que matam são julgados por oficiais que mandam matar.

mais grave, porque tira o direito à vida.

Qual é o percentual de punições entre os PMs que tu pesquisaste?

Eu não sei exatamente o percentual, mas sei que é um número muito pequeno. O que

acontece normalmente é que há uma punição quando a imprensa divulga. Quando a imprensa apura com seriedade, a PM tem por norma punir o soldado, o oficial envolvido, como se fosse uma atitude isolada, a fim de livrar a instituição daquele ato. Eles mataram mil e poucos em 1991, e a punição não deve ter chegado a dez ou quinze homens.

Eles fazem um IPM (Inquérito Policial Militar), que sempre é tocado e presidido pela própria Polícia Militar. Frequentemente são os maiores matadores desta mesma linha que se responsabilizam pela presidência desse IPM. Por conta disso, geralmente o IPM se transforma numa tese de defesa dos matadores. Passada a fase de investigação do IPM,

Essa brutalidade, que muita gente não liga, pode algum dia entrar na sua casa. Você pode perder um irmão, um filho, o pai.

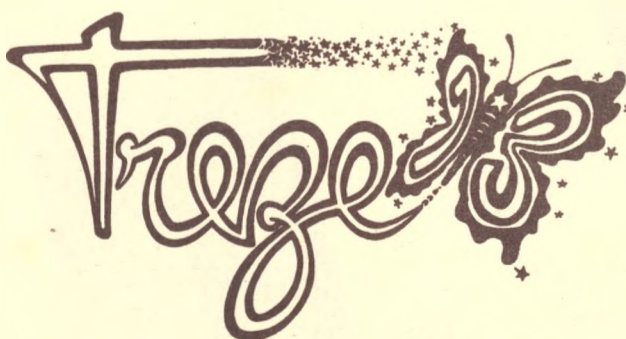
que demora de quatro a cinco anos, o caso vai pra julgamento num Conselho Especial de Justiça, que é formado por cinco pessoas: um juiz civil e quatro oficiais. Frequentemente também eu encontro dentro da Auditoria Militar os mesmos oficiais que mandam matar na rua, e vão julgar depois o PM que matou. Tenho certeza que daqui a quatro ou cinco anos esta história vai se repetir. Vão julgar o massacre da Casa da Detenção, talvez até possam punir um ou outro, mas as coisas tendem a continuar assim.

Você falou que cada vez que a imprensa denuncia há punição, mas isso acontece muito pouco. É pouco por quê? Porque a imprensa não se interessa?

Isto é muito complexo. Num caso da Rota 66 - dos 4.179 que eu identifiquei, 4.173 eram pobres, moradores de periferia, que normalmente não têm acesso a instrumentos de defesa, como advogado, por exemplo - eles mataram três garotos da elite. Nesse caso, a imprensa fez um trabalho brilhante. Só não levaram à punição porque foi a partir deste caso que a Justiça Militar passou a julgar os casos dos crimes praticados por PMs.

PARLAMENTARISMO X PRESIDENCIALISMO

Se o companheiro ainda não decidiu, ainda está em tempo. Ligue agora para a Loja Treze e adquira todas as publicações sobre o assunto. Temos também camisetas, estrelas, broches e adesivos. Oferecemos treze opções em oferta. Você decide. Ligue agora para a Pita no Fone: 37.6651, ela tem ótimos planos para seu diretório.



LOJA CDM - PT - SP

Rua Pedro Taques, 70 - Consolação.

Produto	Cr\$/Unidade
Estrala Metal (Peq. Solda)	8.000,00
Estrala Metal (Méd. Cola)	10.000,00
Estrala Metal (Méd. Solda)	15.000,00
Estrala Metal (Gde.. Solda)	20.000,00
Estrala Metal pingente	10.000,00
Broche Fundação PT (Solda)	25.000,00
Broche Lula redondo (solda)	20.000,00
Broche Lula retang. (solda)	20.000,00
Chav. Lula e PT retang. (solda)	30.000,00
Lapela alfinete redondo peq.	10.000,00
Lapela alfinete retang. peq.	10.000,00
Caneta	10.000,00
Adesivo Lula Brasil/Feliz 94	3.000,00

Condições especiais para Diretórios:

Acima de Cr\$ 500.000,00, 20% à vista ou 5 dias s/ desconto.
Acima de Cr\$ 1.000.000,00, 25% à vista ou 10 dias s/ desconto.
Acima de Cr\$ 2.500.000,00, 30% à vista ou 10 dias + 10% desconto.

Porque se tratava de famílias ricas, a investigação foi séria, a família pressionou as autoridades, o governador era amigo do pai de um dos garotos, as famílias contrataram investigadores particulares para investigarem de forma paralela, e a imprensa divulgou como nunca este crime. Eles seriam provavelmente condenados. Os promotores estavam pedindo 90 anos de cadeia para cada um. Mas uma semana antes do julgamento o Supremo Tribunal Federal decidiu que todos os crimes deveriam ser julgados pela própria PM. E aí aquele primeiro inquérito foi jogado no lixo e eles acabaram sendo absolvidos.

Eu acho que a gente tem uma bela parte da culpa pra este quadro existir. Você sabe que tem muitos radialistas que defendem este ideário. E têm uma incrível audiência. A imprensa mais séria, ou a grande imprensa, ignora o problema por se tratar de gente indefesa. Acho que existe até um exagero com relação à paranóia da violência urbana.

Você acha que alguém no Brasil mereceria a pena de morte?

Ninguém. Absolutamente ninguém. Eu sou muito a favor da vida, muito pela paz. Jamais pensaria inclusive em ter uma arma. Acho que a população está armada demais, e isso explica esse número crescente de homicídios. É importante acordar para o fato de que a sociedade é muito mais violenta que os criminosos. A sociedade que eu digo são as pessoas não criminosas, sem antecedentes criminais, que nunca foram pre-

Um choque que tive foi saber que entre os cinco maiores matadores havia três em posição de alto comando na maior polícia da América Latina.

sas. O chamado cidadão comum, que trabalha, paga impostos, tem vida regrada, é muito mais violento que o criminoso habitual, aquele que sai armado na rua para ganhar a vida. Os números provam isso. Enquanto o bandido está ma-

O assassinato de Daniela Perez foi um prato feito pra imprensa. Como você vê isso?

Eu fui avolumando o material de jornais e revistas sobre o meu livro e constatei que 80 a 90% se relacionava com o jornalista ameaçado, e os outros 10% falavam do conteúdo do livro. Na imprensa estrangeira foi o contrário. Ela tratou muito mais do fato da PM ter matado 57% de pessoas inocentes do que do fato de o autor da denúncia ter sido ameaçado. O exemplo da Daniela é clássico. A imprensa só se assusta, só reage, só assume uma postura de denúncia quando a vítima do crime é de classe média. Se for rica, então, ela faz até campanha pra solucionar aquele crime. Os seqüestros também são um exemplo dessa deformação de critérios dos meios de comunicação. Talvez pelo fato dos meios de comunicação pertencerem aos empresários. Eles se defendem, fazem o papel deles, de defenderem seus interesses. Nós jornalistas é que não estamos fazendo o nosso papel, que é o de divulgar o que é de interesse da maioria da população. E nessa área de violência urbana, o crime que ocorre com mais frequência é o que atinge a maioria pobre, a maioria anônima da sociedade.

tando menos de uma pessoa por dia, em média, em São Paulo, o cidadão comum está matando 20 por dia e a polícia está matando quatro. O cidadão que vai à rua pra defender pena de morte talvez seja aquele que sai armado pra se defender do bandido e fica fazendo bobagem com a arma. Cada dia se vê mais gente matando. Agora teve essa viúva que matou o psiquiatra... Esses crimes estão crescendo de forma assustadora. E geralmente por motivo fútil: porque o time perdeu, por uma briga no trânsito...

Das pessoas assassinadas pela polícia, quantos tinham realmente cometido algum crime, em termos percentuais?

Acho que a grande revelação do meu livro, se eu posso afirmar que há grandeza em meu trabalho, foi essa. Pelo menos foi o que mais me causou perplexidade. Quando comecei a fazer a pesquisa, que durou sete anos, pensava denunciar o absurdo que é o volume de pessoas mortas pela Polícia Militar. Eu acreditava que eram criminosos que eram mortos. No final, descobri que a maioria - 57% - não era criminosa, eram inocentes, pessoas que nunca cometeram nenhum tipo de crime.

Os familiares das vítimas colaboraram nas suas pesquisas?

Em geral colaboraram muito. Nos casos das famílias de classe média alta, você nem precisa conversar muito. Achei

A PENA DE MORTE

Como você vê essa campanha pela pena de morte, depois dos assassinatos de Daniela Perez e da menina seqüestrada em Belo Horizonte?

Acho que também é uma deformação da imprensa. É evidente que são crimes que causaram e causam horror. É uma grande tragédia. Mas porque a imprensa não se preocupa com a tragédia quando a lágrima vem do pobre? Voltando aos seqüestros, eles foram 90 no ano passado, no Rio, e houve uma morte só. Não se pode dizer "só", porque mesmo sendo só uma morte, é grave. Mas no mesmo período foram mortas sete mil pessoas na periferia da cidade. Não é um drama mais grave? E a imprensa não dá a devida importância a esses crimes. O direito à própria cidadania não vai além de 15 quilômetros do centro da cidade.

É óbvio que a população se comove com um crime como o dessa menina de Minas, ingênua, que não tinha nada a ver com o que está ocorrendo no país, e deve se comover mesmo. Mas deve se comover também pelos crimes que atingem a maioria da população, que atingem a ela própria. E não costuma se comover. E é isso que me incomoda.

no mínimo curioso, em muitas casas da periferia, quando a mãe ia me receber e dizia que estava certo: "A polícia tá aí pra matar bandido, matou meu filho por engano".

Você acha que esta forma da polícia agir ainda é um resquício da ditadura?

Eu não tenho dúvida nenhuma que é uma herança daqueles tempos. Até porque essa

A polícia está matando um a cada 7 horas. Os criminosos estão matando um em cada 30 horas.

polícia foi criada pelo regime militar em 1970. Fizeram a fusão da Guarda Civil com a antiga Força Pública e criaram a PM. Uma unidade dela, a Rota, foi criada para combater guerrilheiros. Inclusive eles tinham um capacete nazista, depois mudaram para a boina preta. Não só pelo fato de terem criado a PM, mas também pelos métodos de ação da PM. As primeiras vítimas eram mortas em circunstâncias idênticas, se comparadas aos crimes de hoje. A sistemática da Rota é a mesma: desconfia de alguém, se a pessoa corre eles atiram primeiro e perguntam depois. Aí somente com os documentos. E vão

continuando assim.

Você é um dos poucos repórteres que mesmo tendo um grande cacife, um passado, optou por um ramo que é raro alguém nessas condições escolher. Como é que foi que você optou por continuar cobrindo essa área de crimes?

Eu fui um garoto pobre, da periferia de Porto Alegre, e só pelo fato de ser pobre tive que correr muito da polícia. Corria pra evitar chá de banco na delegacia, levar cascudos, aquela agressão do delegado. O que mudou para os garotos de hoje é que eles correm não para não levar cascudo, mas para evitar um tiro na cabeça. Eu acho profundamente injusto a sociedade produzir essa miséria que ela produz e exigir da população um comportamento nobre, como se nós estivéssemos na Suíça. Acho que a elite é cruel demais. O empresário que paga o salário mais baixo do mundo para o seu trabalhador tem que esperar assalto, tem que esperar roubo... Não pode esperar uma sociedade harmônica, tranqüila. Na medida em que a sociedade produz miséria, tem que ter certeza que isso vai sobrar pra ela também. Hoje as pessoas não vivem gradeadas em casas e apartamentos, quase como se estivessem em presídios?

Como eu aprendi que a gente deve trabalhar na profissão em defesa da maioria da sociedade, não posso ter outro tipo de interesse, e acho que essa violência é uma das coisas mais

graves do país, então me fascina essa área, eu acho que isso tudo tem que ser contado. Por isso estou nesta área.

Deu no Estadão que se cogita acabar com o julgamento das mortes provocadas pela PM na Justiça Militar. Seu livro tem algo a ver com isso?

Acredito que sim. Algumas coisas já aconteceram que me deixaram feliz: primeiro foi o fato de saber da vendagem do livro - ele está na 14ª edição -, que revela que ele está sendo lido. Outra é que o novo secretário da Segurança tem afirmado continuamente que é contra os excessos praticados pela Polícia Militar, dizendo inclu-

A imprensa só assume uma postura de denúncia quando a vítima é de classe média. Se for rica, faz até campanha para solucionar o crime.

sive em alguns casos que eles merecem um tratamento psiquiátrico. Acho que não é a solução, mas é uma coisa positiva. Muito pior era a retórica de apoiar a violência da polícia. E a terceira coisa é o comando estar disposto a sugerir e batalhar no sentido de aprovar dois projetos no Congresso, que proíbem a Justiça Militar de julgar os crimes de morte praticados por PMs. A Justiça Militar ficaria encarregada apenas de crimes praticados por PMs contra policiais militares. Acho que essa e a grande mudança possível no sentido de alterar esse quadro que há hoje.



Por que eu assino Brasil Agora?

PAULO GIANDUJA/FI



Fortalecer o **Brasil Agora** significa fortalecer a possibilidade de uma brecha no que até agora tem se revelado uma uniformidade na defesa dos interesses de uma elite.

Paulo Betti
Ator

PREENCHA EM LETRA DE FORMA. Envie cheque nominal e cruzado à EDITORA BRASIL AGORA LTDA. Alameda Gleite, 1049 - Sta. Cecília - CEP 01215 - São Paulo/SP - Fones (011) 222.6318, 222.4326 e 220.5850

NOME _____

ENDEREÇO _____

CIDADE _____

FONE _____ UF _____ CEP _____

PROFISSÃO _____

- Assinatura 12 edições Cr\$ 195.000,00
- Assinatura para o exterior (semestral US\$ 30,00)
- Assinatura 25 edições (anual) Cr\$ 390.000,00
- Assinatura de apoio (anual) Cr\$ 650.000,00

BRASIL AGORA



Assine você também

Talvez nem mesmo o próprio Bram Stoker pudesse conceber que seu personagem, baseado na lenda sobre o nobre romeno Vlad Dracul, fosse capaz de desafiar tanto a ação do tempo, até aterrissar a menos de uma década do final do século XX envolto em tanta tecnologia e sofisticação. *Drácula*, de Francis Ford Coppola (*O Poderoso Chefão I, II e III, O Selvagem da Motocicleta, Cotton Club, etc, etc, etc*), é a enésima releitura nas telas dos escritos de Stoker, iniciada brilhantemente em 1922 por Murnau e seu clássico *Nosferatu*, e que depois contaria com contribuições não menos clássicas de Fritz Lang, Tod Browning, Terence Fisher e Werner Herzog, além da versão hilária de Roman Polanski, sem falar nas versões teatrais anteriores, encabeçadas pelo húngaro Bela Lugosi, que também passou ao cinema. De todas, a mais inquietante talvez seja a de Coppola. Durante quase três horas o diretor brinda o espectador com um coquetel de imagens inebriantes, para dizer o mínimo.

AMOR DE PERDIÇÃO. Coppola exigiu como condição *sine qua non* que o roteiro fosse fiel à obra do irlandês Bram Stoker. Curiosamente, o roteiro foi primeiro apresentado ao diretor pela atriz Winona Ryder, que protagoniza a personagem Mina Harker, o amor de perdição do vampiro. Mas nem tudo corresponde 100% ao romance original. O roteiro de James V. Hart comete uma infidelidade logo de saída - o que não invalida um dos mais hipnóticos prólogos da história do cinema. Na Transilvânia medieval, o líder guerreiro príncipe Vlad Dracul retorna de uma guerra santa contra os invasores muçulmanos, durante a qual empalou implacavelmente quantos inimigos pôde. Encontra morta a esposa, que suicidou-se ao receber a (falsa) notícia de sua morte. Inconformado com a recusa do clero em dar à esposa um enterro cristão, o príncipe faz um juramento macabro do qual resultará sua danação eterna. A cena da destruição da cruz, com o nobre ingerindo o sangue que dela emana, é antológica.

A CHAVE DO CASTELO. Uma elipse de tempo projetará a história já na Londres vitoriana. Do outro lado do mundo, Drácula, agora um veterano vampiro, descobre que

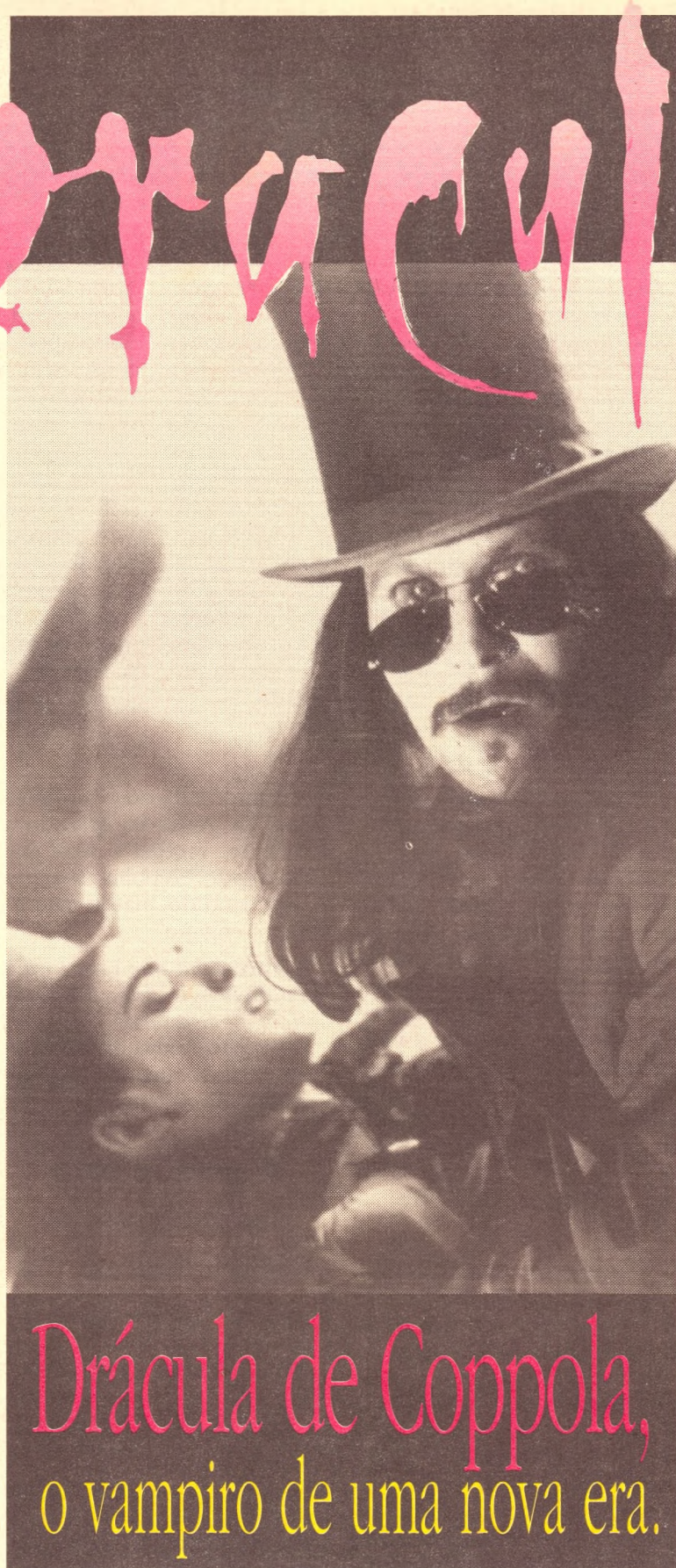
a sensual Mina Harker é a reencarnação de sua esposa, e arma uma trama diabólica na qual usará o próprio marido de Mina, o jovem Jonathan Harker (interpretado pelo galã Keanu Reeves, de *Garotos de Programa*), para auxiliá-lo na travessia rumo à terra da Rainha. A partir daí o cineasta dá um banho de imagens, auxiliado por efeitos de última geração. A chegada do Jonathan à bizarra Transilvânia e ao fantasmagórico castelo é assustadora. Coppola utilizou-se de um expediente pouco convencional. Ao invés de prender-se apenas ao *storyboard* (desenhos feitos na pré-produção que indicam enquadramentos, ângulos e a movimentação da câmera), elaborou uma espécie de *sketch* no qual colecionou imagens em vídeo de tudo o que lhe evocava a atmosfera que pretendia imprimir à filmagem. Entraram desde imagens de filmes do patriarca do cinema



FOTOS: DIVULGAÇÃO

soviético Serguei Eisenstein até pinturas e mobiliário vitoriano. Só então voltou à confecção do *storyboard*. O resultado provou ser excepcional.

GUERREIRO DANDY. Outro grande trunfo do diretor foi ter escolhido a dedo um elenco mesclando talentos jovens com maduros. Assim, Winona Ryder e Keanu Reeves contrataram com o expert Antony Hopkins, o canibal de *O Silêncio dos Inocentes*, na pele do dr. Van Helsing, o antagonista número um do vampiro. Dr. Van Helsing chega às raias da loucura, da obsessão e da desfaçatez em



sua caça ao morto-vivo. A escolha mais decisiva, entretanto, parece ter sido a do mutante ator Gary Oldman para o papel de Drácula. Oldman, que já havia interpretado personagens esquizóides em vários de seus filmes (foi o Lee Oswald de *JKF* e o punk Sid Vicious em *Sid and Nancy*) dá um banho de interpretação, primeiro na pele do príncipe guerreiro, depois na de vampiro secular e finalmente vivendo o dandy vampiresco do século XIX. Outra atuação provocante é a do dublê de cantor e ator Tom Waits como o demente Reinfield. Obviamente não há termos de comparação com o antológico Bela Lugosi (o primeiro a viver o vampiro, no clássico de Tod Browning de 1934) ou o fenomenal Christopher Lee, outro a encarar inúmeras vezes o morcegão. Mas dentro da proposta de Coppola, Old-

man consegue uma interpretação memorável.

SONHO OU REALIDADE? *Drácula* traz de volta as relações entre erotismo e morte ao retratar com fartas doses de sensualidade o amor impossível do vampiro. O clima gótico/tecnológico, diferente do gótico, não deixa esconder a atmosfera sexual que domina toda a fita, e que ao mesmo tempo serve como metáfora para a era da Aids, assim como a obra de Bram Stoker o fora para os estragos causados pela sífilis, em sua época. A androginia vampiresca suscita dúvidas: homo, hetero ou bi? Melhor dizendo, Coppola vai além disso: sonho ou realidade? Depende da percepção e dos temores que invadem o lado oculto da mente de cada indivíduo.

CARLOS EDUARDO OLIVEIRA

A FEÉRICA FERA

No seu *Drácula* Francis Ford Coppola fez uma mixagem entre o tradicional mito do vampiro, trabalhado de forma definitiva pelo escritor Bram Stoker nos fins do século passado, com outro mito, o da Bela e a Fera. Quando Mina Harker dá o beijo final na boca do Conde agonizante, e a seguir o decapita, "libertando-o" para uma outra vida, um frêmito de horror, asco e simpatia percorre invariavelmente as platéias. Além de subverter a versão de Stoker, pois nada disso consta daquele original, Coppola desentranha da tradicional história do vampiro o mito romântico de que apenas um grande amor pode vencer a morte.

Pois é disto que trata a versão de Coppola: da morte de um velho Conde, e do nascimento, num mundo des-sacralizado de mercadorias e lixo autorizado, de uma "nova mulher", como possibilidade de remissão do mundo do amor e da paixão. Há duas Minas no filme: a ingênua (no sentido técnico-teatral) apaixonada sinceramente por Jonathan Harker, e a imorredoura apaixonada pelo Conde, que é diversa da meramente devassa Lucy, sua amiga, que morre antes.

Banido pela repressão eclesíástica, deslocado no mundo "sifilizado", na mordaz expressão de Van Helsing, o amor, passaporte do desejo, volta sob a forma destruidora de "desejo de poder", de perpetuar-se, de danação, que é o novo feudo temporal em que se encastela o Conde. Mas só o reconhecimento desse mundo, de sua existência fora das quatro linhas da sensibilidade insossa do mundo vitoriano, é que pode levá-lo a reintegrar-se de forma criativa ao universo do tempo deflagrado da urbanidade galopante. Essa é a trajetória de Mina, com seu paradoxal e patético "final feliz".

Neste percurso a sensibilidade de Coppola nos ajuda a compreender o porquê desta nova eternidade da lenda do vampiro, que resiste, ela própria, a todas as eras e versões, oferecendo sempre novas faces e facetas: ela põe em cena o amor, o desejo e a paixão encarnados num único corpo e ato de absoluto, de absoluta recriação e refacção do mundo: nascer é muito perigoso. Mas não há outro caminho.

FLÁVIO AGUIAR



BRASIL
AGORA

